



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

ATA DA 12ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 12ª Reunião, da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 – CN**, realizada em 17 de setembro de 2014, às 14 horas e 28 minutos, no Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho do Senado Federal, sob a presidência do Senador **Vital do Rêgo** com a presença dos Senadores **Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Aníbal Diniz, Antônio Aureliano, Antonio Carlos Rodrigues, Gim e José Agripino**; e dos Deputados **Marco Maia, Sandro Mabel, Lúcio Vieira Lima, José Carlos Araújo, Carlos Sampaio, Rodrigo Maia, Júlio Delgado, Fernando Francischini, Rubens Bueno, Ronaldo Fonseca, Enio Bacci, Afonso Florence, Iriny Lopes, João Magalhães, Eduardo Cunha, Izalci, Onyx Lorenzoni, João Carlos Bacelar e Simplício Araújo**. Presentes os parlamentares não-membros Senadores **Fleury, Kaká Andrade**, Deputados **Mendonça Filho, Domingos Sávio, Domingos Dutra e Vicentinho**. Ausentes os Senadores **João Alberto Souza, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Ciro Nogueira, José Pimentel, Acir Gurgaz, Mário Couto, Jayme Campos, e Ataídes Oliveira**; e os Deputados **Sibá Machado, Hugo Napoleão, Aguinaldo Ribeiro, Bernardo Santana de Vasconcellos e Arnaldo Faria de Sá**. Na ocasião, foi ouvido o senhor **Paulo Roberto Costa**, ex-Diretor da Petrobras, que usou sua prerrogativa constitucional de ficar calado. Foram aprovados os seguintes requerimentos:

| Nº | EMENTA | AUTORIA |
|------------|---|-------------------------|
| 684 / 2014 | Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza. | Dep. Izalci |
| 685 / 2014 | Requer a convocação da senhora Meire Bonfim Poza. | Dep. Rubens Bueno |
| 686 / 2014 | Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza. | Sen. Vanessa Grazziotin |
| 695 / 2014 | Requer à Polícia Federal cópia dos depoimentos da Senhora Meire Bonfim Poza nos autos do inquérito da operação "Lava Jato". | Sen. Humberto Costa |
| 696 / 2014 | Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza. | Sen. Humberto Costa |
| 699 / 2014 | Requer à Polícia Federal cópia do depoimento prestado pela senhora Meire Poza, no dia 7 de agosto do corrente | Dep. Rubens Bueno |



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

| Nº | EMENTA | AUTORIA |
|------------|--|----------------------------|
| | ano, em Curitiba/PR. | |
| 702 / 2014 | Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza. | Dep. Marco Maia |
| 706 / 2014 | Requer seja solicitado à Polícia Federal cópias das planilhas e demais documentos entregues pela Senhora Meire Bonfim da Silva Poza. | Dep. Sandro Mabel |
| 707 / 2014 | Requer seja convidada a Senhora Meire Bonfim da Silva Poza. | Dep. Sandro Mabel |
| 720 / 2014 | Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza. | Dep. Fernando Francischini |
| 724 / 2014 | Requer a convocação de Meire Bonfim da Silva Poza. | Dep. Onyx Lorenzoni |

Após aprovação, a presente ata será publicada juntamente com a íntegra de seu apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014.

Conforme convocação, a presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Paulo Roberto Costa, ex-Diretor da Petrobras.

Inicialmente, a Presidência desta Comissão gostaria de esclarecer algumas questões constitucionais e regimentais relativas à reunião de hoje.

O Sr. Paulo Roberto Costa vem depor a este Colegiado por força dos requerimentos aprovados por esta CPMI e o faz na condição de investigado, uma vez que é réu na ação penal que tramita na 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Curitiba, Paraná. Essa situação lhe assegura o exercício dos seus direitos constitucionais, conforme reiterada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Assim, o depoente poderá responder às perguntas que considerar convenientes, inclusive podendo optar por responder a algumas e a outras não, conforme já decidiu o STF. Ademais disso, o preso tem assegurados os seus direitos constitucionais.

No que tange ao procedimento, esclareço que a oitiva do Sr. Paulo Roberto Costa transcorrerá conforme o Item 4 do Manual de Procedimentos adotados por esta Presidência. Inicialmente o depoente fará sua exposição. Em seguida, será interpelado pelo Sr. Relator e pelos Parlamentares, dentro do assunto tratado, dispondo cada um de cinco



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

minutos, assegurado igual prazo para a resposta do depoente, ou dez minutos, intercalando-se as perguntas e as respostas.

A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, com preferência para o Relator e, posteriormente, aos autores dos requerimentos, a saber: Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado Fernando Francischini, Deputado Rubens Bueno, Deputado Simplício Araújo, Deputado Carlos Sampaio, Deputado Sibá Machado, Deputado Sandro Mabel. A seguir, aos membros titulares e aos suplentes e aos não membros devidamente inscritos.

A fim de concentrarmos o nosso tempo na atividade prevista para esta reunião, a Presidência reitera que somente poderão ser formuladas questões de ordem ou reclamações relacionadas com a matéria em pauta, conforme dispõem o art. 404 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como o art. 96 do Regimento da Câmara dos Deputados.

Ainda sobre o uso da palavra, esta Presidência esclarece que, nos termos do inciso VIII, do art. 14, do Regimento Interno do Senado, poderão falar para explicações pessoais em cada reunião apenas dois integrantes da Comissão. Ao Líder é lícito usar da palavra uma única vez em qualquer fase da reunião pelo prazo máximo de cinco minutos para comunicação urgente sem direito a perguntas.

Peço à Secretaria para conduzir à Comissão o depoente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Pela ordem.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Determino à Secretaria a suspensão da solicitação.

Vamos ouvir as questões de ordem agora.

Com a palavra Rubens Bueno, Onyx Lorenzoni, Mendonça Filho e Afonso Florence.

Peço ao Senador Gim Argello que anote as solicitações de palavra pela ordem ou para questões de ordem.

Para as questões de ordem, eu gostaria de que V. Ex^{as} nominassem, na forma da explicação anterior, o termo e o artigo do Regimento Interno.

Vamos lá. Pela ordem semiótica da minha apreensão, primeiro Rubens Bueno, depois Onyx, depois Mendonça, depois Afonso.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – Ronaldo Fonseca, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens,...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... Onyx, Mendonça, Humberto, Júlio...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, uma ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deixe-me anotar os senhores, por favor. Júlio, Ronaldo – todos, então? –, Izalci, Carlos Sampaio, Vanessa...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – A minha questão de ordem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Só posso passar a palavra a V. Ex^a depois que eu olhar e visualizar todos os interpelantes.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não, mas eu não estou querendo fazer neste instante a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...Enio Bacci...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu gostaria de ponderar a V. Ex^a duas coisas: primeiro, que o eminente Relator, Deputado Marco Maia, pudesse avaliar a possibilidade de abrir mão do interrogatório do Relator no início dos trabalhos desta reunião da CPMI. Evidentemente, essa é uma decisão pessoal do Relator. Temos tido a tradição que de ele tem seguido essa lógica para otimizarmos os questionamentos feitos pelo Plenário, e ele deixaria a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Relator vai se manifestar sobre isso a V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – A segunda ponderação é a seguinte: como a minha questão de ordem diz respeito ao caráter sigiloso ou não do depoimento – e essa decisão é muito importante e deve ser tomada inclusive pelo Dr. Paulo Roberto Costa –, acredito que eu possa fazê-la com a presença do Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deferida a solicitação de V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – E com o advogado dele em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deferida a solicitação de V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Para que possa avaliar o fundamento jurídico da questão de ordem que devo fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos avançar. Deferida a solicitação de V. Ex^a.

Rubens Bueno com a palavra.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de indagar à Mesa o seguinte – porque temos aqui várias possibilidades –: primeiro é um réu que está dando a sua contribuição à Justiça através da lei, com a delação premiada. E aí, nós temos aqui, diante da situação, a possibilidade de ele chegar, sentar-se e dizer que vai se manter calado, e, por isso, pretende preservar a delação premiada que está fazendo junto à Polícia Federal e ao Ministério Público.

Mas, Sr. Presidente, eu questiono pelo seguinte: é um direito dele, constitucional, se manter calado. É um direito dele. Mas também é um dever nosso perguntar – não só meu como de todos os demais membros desta CPMI. Então, por isso, estou aqui já fazendo a questão de ordem para assegurar o direito dos membros da CPMI de fazer as perguntas mesmo que ele não queira respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O segundo ponto, Sr. Presidente, é que há aqui uma declaração que chama a atenção. E eu gostaria que o senhor, como Presidente desta Comissão, portanto, Senador da República, e nós, como Parlamentares e membros da Comissão, tomássemos conhecimento dela. Essa declaração, que chama a atenção, está sendo publicada exatamente nestes termos:

"No pré-sal, já houve três pedidos de CPI só na Petrobras. Eu tenho a impressão que essas pessoas [Parlamentares] pedem CPI para, depois, os empresários correrem atrás delas e acharem esses empresários para ganhar dinheiro".

Declaração do ex-Presidente Lula.

Eu gostaria que a Mesa providenciasse imediatamente algum documento que interpele sobre essa questão como foi colocada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k..

O próximo é o Onyx. Por favor, Onyx, com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, a primeira questão de ordem é sobre o art. 198 do Regimento Interno do Senado Federal, que nos dá um comando de que "somente em sessão secreta poderá ser dado a conhecer, ao Plenário, documento de natureza sigilosa".

A segunda é sobre a Lei nº 1.579, de 1952, que estabelece o rito das CPIs, em seu art. 6º que determina que "o processo e a instrução dos inquéritos obedecerão ao que prescreve esta Lei, no que lhes for aplicável, às normas do processo penal", do Código de Processo Penal brasileiro.

No art. 792 do Código, em seu §1º diz:

Se da publicidade da audiência, da sessão ou do ato processual, puder resultar escândalo, inconveniente grave ou perigo de perturbação da ordem, o juiz, ou o tribunal, câmara, ou turma, poderá, de ofício ou a requerimento da parte ou do Ministério Público, determinar que o ato seja realizado a portas fechadas, limitando o número de pessoas que possam estar presentes.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Estou invocando o art. 198 do Regimento Interno do Senado Federal e o Código de Processo Penal porque não estamos diante de um depoimento qualquer. Estamos diante de um depoimento que pode contribuir, e muito, para o esclarecimento da matéria sobre a qual esta CPMI se debruça, matéria que afeta a vida de todo e qualquer cidadão brasileiro.

Portanto, nós precisamos, Sr. Presidente, definir, pelo menos no meu entendimento, primeiro no âmbito dos membros desta Comissão, deste Colegiado, a definição de sob que regime será recebido o depoente. Creio que, processualmente, pela característica investigativa que esta CPI tem que perseguir e pelos resultados, nós deveríamos caminhar nesse sentido, atendendo o comando do Regimento Interno do Senado (art. 198), que é objetivo, claro, não deixa margem a dúvidas, acatando o que determina o art. 6º da Lei que rege as CPIs, combinado com o art. 792 do Código Penal brasileiro. Desse modo, nós daríamos todas as salvaguardas necessárias.

O comentário, hoje feito na mídia...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Exª conclua, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ... pelo Procurador-Geral de Justiça está equivocado, quando S. Exª diz que nem em reunião secreta o cidadão que aqui virá poderia falar.

Eu quero contraditá-lo, uma vez que, dada a origem e a formatação das CPIs, nós estamos aqui como se uma câmara judicial fôssemos. Estão aqui Senadores e Deputados, cada um dos membros desta CPMI, imbuídos, investidos, constitucionalmente e temporariamente, como se juízes fossem. Portanto, não cabe – e peço a consideração de V. Exª – uma manifestação do Procurador-Geral de Justiça do País tentando estabelecer qualquer tipo de limite a uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Cabe ao Ministério Público investigar, e cabe investigar o que as Comissões Parlamentares de Inquérito propõem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. k., Deputado Onyx.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Portanto, eu concluo, Sr. Presidente, pedindo que haja o encaminhamento de uma reunião em que pudéssemos extrair o máximo possível do investigado, ao invés de se prover aqui uma situação em que não teríamos eficácia.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. k., Sr. Deputado.

Para contraditar, com a palavra o Deputado Enio Bacci, por um minuto.

Eu peço a V. Exªs, que estão inscritos, que otimizem o seu tempo.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Serei extremamente breve.

Apenas para contraditar o que diz o Deputado Onyx, eu concordo, na sua essência, com 90%, mas eu acredito, Excelência, que a opinião pública tem o direito, sim, de



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

saber, principalmente porque os fatos envolvem políticos que são candidatos e, certamente, o eleitor quer votar sabendo de tudo o que está por baixo desse tapete.

Por isso, sugiro que, primeiramente, abramos esta reunião pública e, se ocorrer de ele se negar a falar, que se faça, a partir daí, uma reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Este será o encaminhamento da Presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não há nenhuma discordância, Deputado Bacci.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a discordância de V. Ex^a.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu apenas quis, aqui, Presidente – apenas para ficar claro –, lembrar sob que comando legal nós estamos limitados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.. Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, eu só quero reiterar a posição do Vice-Líder Onyx Lorenzoni, lembrando que há um precedente gerado, neste mesmo Colegiado, quando da oitiva do Sr. Osvaldo Vicente Cardoso Perrou, Secretário de Controle Externo da Administração Indireta do Tribunal de Contas da União, em 23 de julho de 2014:

Por requerimento do depoente, baseado no art. 144, inciso III, do Regimento Interno do Senado, a reunião, inicialmente pública, foi tornada secreta, sem qualquer manifestação do Plenário.

Eu só queria, Presidente, que nós tivéssemos a oportunidade de informar ao depoente que ele tem o direito de prestar os esclarecimentos a esta CPMI, que é órgão judiciário de apuração, sem que comprometa o processo de delação premiada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sem querer interrompê-lo...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Isso porque está sendo usado o argumento de que se pode comprometer a delação. Contudo, em reunião secreta, está assegurado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sem interrompê-lo, ressalto que o precedente que V. Ex^a colocou, de forma muito clara, foi a requerimento do depoente, na reunião passada aqui. E nós precisamos, pelo menos, começar a reunião, para poder ter o direcionamento...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu só queria lembrar que V. Ex^a decidiu de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim; de ofício, a pedido do depoente, ou melhor, a requerimento do depoente.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – E, neste caso, o requerimento de um Parlamentar pode ser deferido de ofício também.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode; não há problema nenhum.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, eu quero também me manifestar sobre esse tema na linha de não concordar com a ideia de que seja uma reunião secreta, a não ser que essa seja uma demanda apresentada pelo depoente ou seu advogado na medida em que manifeste o interesse de revelar informações sigilosas. E vou dizer a V. Ex^a por que – aqui eu acho que vale mais a nossa prática do que simplesmente os aspectos regimentais ou legais –: não existe reunião secreta neste Congresso Nacional. Não existe.

Tivemos experiência aqui na Comissão de Ética, quando tivemos o julgamento do Senador Demóstenes Torres e durante a CPI do Cachoeira, e tudo o que aconteceu dentro das reuniões secretas foi revelado lá fora, muitas vezes por Parlamentares que, a cada dez, quinze minutos, vão beber água lá fora ou vão ao banheiro lá fora e apresentam a sua versão do que está acontecendo.

Então, do meu ponto de vista, a não ser que seja uma demanda do depoente, esta reunião deve ser aberta, para que todos possam conhecer o verdadeiro teor do que vai ser dito e discutido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concordo com V. Ex^a.

Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Sem ser redundante, Sr. Presidente, só quero dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Deputado Júlio Delgado. A inteligência de V. Ex^a é fulgurante, pois absolveu o espírito desta Presidência, para ver se inicia os trabalhos.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Então, eu quero dizer que concordo com o Humberto, que seja aberta. Que possa ser, se for vontade do depoente, secreta, desde que ele esteja na preliminar, como disse o Deputado Enio Bacci, desejoso de falar; se essa for a condição. Mas que nós tenhamos, como disse o Deputado Rubens Bueno, o direito de perguntar qualquer que seja a posição.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu confesso que não entendi a tese sobre a audiência ter de ser aberta porque, se for secreta, vaza. Aberta todos falam à luz do dia e, na secreta, vaza. Eu não entendi. Qual a diferença em vazar na secreta para falar na aberta?

Mas, de qualquer forma, eu queria apenas fazer dois registros importantes. Primeiro, eu não estou preocupado com quem vaza a informação, eu estou preocupado com quem assaltou a Petrobras e se há nome de Deputados, Senadores, ministros e ex-governador, eu quero que venham à luz do dia antes das eleições. Não é justo a população



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

brasileira definir o seu voto sem saber quem de fato agiu como político ou, desculpe-me a força da expressão, agiu como marginal surrupiando a Petrobras. Não é justo. Vai contra o interesse da Nação o sigilo apostado a este processo. Nós temos que agilizar a investigação e trazer à luz o nome dos envolvidos antes das eleições.

O meu apelo a V. Ex^a é para que officie o Procurador-Geral da República, anexando efetivamente a decisão do Ministro Teori, deixando claro que, quando ele diz que quem participa são só as partes da delação premiada, a lei é clara, diz que só as partes – promotor, advogado, réu e a polícia, o juiz não – ele está correto. Ele vai encaminhar tudo ao Ministro Teori só quando terminar tudo. Agora, nós aqui somos parte da investigação, nós temos autoridade investigativa com força judicial. Nós participamos do processo de investigação. Nós não somos juízes para enviar só ao final, nós participamos da investigação. Que V. Ex^a officie o Procurador-Geral, solicitando que seja encaminhado a esta CPMI as informações necessárias. É um pedido que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já foi feito, Deputado Carlos Sampaio, e vamos reiterar.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Eu gostaria de ter cópia desse ofício.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a sabe que nós já fizemos; vou mandar a cópia do ofício a V. Ex^a.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou seguindo a ordem de inscrição, por favor.

Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – Sr. Presidente, não é questão de ordem, não. Queria fazer apenas uma comunicação. O meu Partido substituiu um dos nomes, o de um membro titular desta Comissão, pelo meu nome. Então, passo a fazer parte da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Seja muito bem-vindo, querido Deputado.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – Já trabalhamos juntos na CPI do Cachoeira...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já trabalhamos juntos. É um prazer tê-lo novamente aqui.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – ...com maestria por V. Ex^a.

Queria também, Sr. Presidente, já pedir uma informação. Eu estou acompanhando os trabalhos da CPI e tenho visto que há muitos requerimentos que precisam ser votados. Caso o depoente decida não falar, não seria importante transformar esta reunião, aproveitando o quórum, numa reunião deliberativa para votar os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fico a cargo da decisão do Plenário.

Vamos em frente.

Deputado Francischini; depois Izalci.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, pela Solidariedade, pela Liderança, acompanhamos o Deputado Carlos Sampaio, do PSDB, em gênero, número e grau. Esta reunião tem que ser aberta, Presidente! Só se o depoente alegar que realmente só pode prestar essas informações... Porque somos representantes da população brasileira. A população brasileira já está cansada dos políticos, e a renovação vai ser enorme por causa disso, Presidente. Não dá para a gente lidar com dinheiro público, pessoas públicas, diretores da Petrobras, Deputados, Senadores, Governadores e fazer uma reunião fechada, sem que isso legalmente seja necessário.

Então, temos que trazer primeiro o investigado, Sr. Paulo Roberto Costa, e ouvir da sua boca que ele tem realmente um acordo de sigilo, porque senão vai ser realmente uma CPI que não cumpre o seu objetivo. Vão esconder da opinião pública brasileira quem são as pessoas que estão sendo avaliadas pelo crivo do eleitor este ano, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concordo com V. Ex^a.

Deputado Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, na quarta-feira passada, fizemos uma reunião, onde foi dito, como V. Ex^a fez, que haveria um requerimento de solicitação de cópia da delação premiada no Supremo. O Ministro Teori já disse que não precisa de autorização judicial para nada. A CPI tem autonomia para isso, autonomia constitucional. V. Ex^a ficou também de encaminhar para o Janot, nosso Procurador, para que encaminhasse cópia...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já fiz.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sim, mas, em uma semana, não mandaram uma cópia?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou reiterar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Essa Presidência e o Relator fizeram de fato uma demanda pessoal em busca dessa...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já fizemos a demanda pessoal...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Porque, hoje, o ideal é que a gente tivesse isso aqui para...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já fizemos a demanda pessoal, já fizemos a demanda de ofício e, a pedido de V. Ex^a, vamos reiterar.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Qual é a resposta que houve da Procuradoria?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não houve resposta ainda da Procuradoria. Vamos reiterar, a pedido do Deputado Carlos Sampaio.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sugeriria a V. Ex^a que, terminado aqui, pudesse marcar, amanhã mesmo, pessoalmente, para que um grupo de parlamentares fosse e solicitasse cópia dessa delação premiada.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.
Deputado Afonso.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, a posição do Partido dos Trabalhadores é de que a reunião seja aberta. Há uma distinção fundamental entre vazamento e depoimento aberto. O vazamento vem ocorrendo. Ele serve à disputa política eleitoral. É feito de forma seletiva. Esta Comissão tem atribuição de investigar. Não havendo impedimento legal, precisa ser aberta, porque os argumentos, as acusações, a delação do depoente têm que vir a público e a opinião pública tem que acompanhar, salvo se mantida a dinâmica atual de disputa política...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não. Eu não cortei V. Ex^a, não.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Desligou, então... Só eu registrei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Não, querido!

Desligou aqui e eu pedi ao Presidente que garantisse a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a tem essa garantia.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Obrigado, Presidente.

Então, somos defensores de que o depoimento seja aberto.

Por último, Sr. Presidente, ainda na questão de ordem, similarmente à reunião passada, e tenho em mãos aqui uma orientação da Mesa – assim como o Deputado Carlos Sampaio, eu fui signatário e subsignatário no Requerimento nº 436, de 2014 –, requeiro, como ocorreu na reunião passada, que, no lugar do Deputado Sibá Machado, seja mantida a minha inscrição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Faremos assim, Deputado Afonso.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, abro mão da questão de ordem e sugiro a V. Ex^a, como todos estão indo no mesmo caminho, que quem não tiver questão de ordem nova, que, então, V. Ex^a chame o depoente e ele decide...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Assim será feito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – ... se falará em reunião aberta ou não.

Então, vamos caminhar. E que fale quem tem questão de ordem nova somente.

Obrigada.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora, temos mais dois para...

Deputado Enio... (*Pausa.*)

Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, o PMDB deseja reunião aberta, a menos que haja opção do depoente por fazê-la fechada ou que, no curso do depoimento, V. Ex^a entenda que se esteja tratando de temas sigilosos e queira fazê-lo, senão, como disse, defendemos reunião aberta.

Todavia, há dois detalhes importantes: V. Ex^a, na semana passada, colocou que iria requerer a cópia daquilo que havia sido o teor dos depoimentos já concedidos pelo depoente de hoje. Queremos saber em que estágio está essa situação. Outro ponto, que ficou combinado na semana passada, é que haveria o acompanhamento da Comissão ao processo de delação *in loco*. Esses dois pontos ficaram combinados, na reunião na semana passada, que seriam feitos.

Assim, eu queria que V. Ex^a se posicionasse sobre esses pontos.

Concordo, Deputado Carlos Sampaio, que temos que esclarecer tudo e, mais do que esclarecer tudo, não deixar que sejam difundidas versões que não têm amparo na verdade e que acabam causando prejuízos a quem efetivamente não tenha nenhuma ligação com qualquer fato.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Enio Bacci e, depois, Deputado Simplício.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – É uma questão de ordem, Sr. Presidente, apenas complementando o que já foi colocado e que depende talvez apenas da iniciativa do Relator. Foi sugerido que ele deixasse para fazer seus questionamentos no final.

Caso não seja acatada essa proposta, Relator, eu sugiro – até para viabilizar mais praticidade nos trabalhos – que V. Ex^a faça algumas perguntas, um bloco de perguntas, viabilize a chamada de alguns Parlamentares e depois retome de meia em meia hora, de 20 em 20 minutos. É um critério a se avaliar para não ser cansativo o Relator ficar mais de hora fazendo perguntas e, com isso, para não haver também a repetição de questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Como último interpelante, para assim começarmos efetivamente a reunião, Deputado Simplício Araújo.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, apenas corroborar com tudo que foi posto aqui e acrescentar que é da maior importância, principalmente para o Brasil, que neste momento está nos assistindo pela TV Senado e pela TV Câmara, que nós possamos passar a limpo essas acusações que foram feitas, que foram trazidas a público pela imprensa.

Nós temos um envolvimento de dois Presidentes da Casa. E esta é uma comissão mista.. O Presidente do Senado e o Presidente da Câmara foram envolvidos por esse cidadão. Então, é importantíssimo aqui, a 18 dias da eleição, que o Brasil possa ter passado a limpo aqui nesta Casa... Eu acho que mais do que ninguém, é um dever nosso, é um dever desta Casa hoje trazer à tona aqui, através desta inquisição, desta reunião, todos os



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

fatos que esse cidadão colocou através da imprensa e que já estão aí de público há muito tempo.

Nós estamos atrasados e ao público, à população brasileira nos cobra uma posição...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Agradeço.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – E é importante que a gente dê uma resposta à altura.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Peço, assim, à Secretaria que conduza o depoente à mesa, com a sua advogada. (*Pausa.*)

Antes de conceder a palavra ao depoente, para uma questão de esclarecimento peço a atenção de todos.

Esta Presidência deseja esclarecer que a Comissão Parlamentar de Inquérito, como qualquer outro órgão de Estado, não deve, não pode interferir ou dificultar o exercício pelo advogado das suas prerrogativas.

Estatuto da Ordem: "Ao advogado cumpre o dever de prestar assistência técnica a seu constituinte, incumbindo-lhe de velar pela integridade de suas garantias".

Nesse sentido, a decisão liminar do Ministro Celso de Mello é amplamente conhecida: "Admite-se, deste modo, que seja consultado brevemente pelo depoente o seu advogado ou sua advogada e que esta intervenha para evitar a autoincriminação. Não se admite, contudo, que se instrua respostas ou conduza o depoimento".

Feito esses esclarecimentos, concedo a palavra ao Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Boa tarde a todos.

Queria colocar ao Presidente que eu vou me reservar o direito de ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Paulo Roberto Costa, há iniciativas de diversos parlamentares questionando a possibilidade, com o desejo expresso pelo senhor em colaborar com esta CPI, de transformarmos esta reunião em uma reunião secreta, com vistas a tentar, com a presença do senhor nesta Comissão, ter as informações de que esta CPI precisa para a sua investigação.

O senhor, eventualmente numa reunião secreta, colaboraria com esta Comissão?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, só um adendo à colocação de V. Ex^a, no sentido de informar ao depoente e/ou acusado que, em reunião secreta, estão asseguradas todas as prerrogativas pertinentes à legislação que trata da delação premiada, que não comprometerá o processo da delação premiada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

V. Ex^a já fez o adendo.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – E ele poderá prestar os esclarecimentos à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu questiono ao senhor...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, desculpe. Apenas informar que, mesmo não havendo, foi decidido que as perguntas serão feitas; ou seja, ele vai passar o dia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Claro. Sr. Paulo Roberto Costa, por favor.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Eu acho que pode ser a reunião aberta, mas eu permaneço com a mesma posição. Eu não tenho nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos iniciar, concedendo a palavra ao Sr. Relator.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está com a palavra o nosso Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Primeiro, boa tarde a todos os parlamentares, Deputados, Senadores, Deputadas e Senadoras presentes. Boa tarde à imprensa e aos assessores aqui presentes.

Primeiro, eu queria expressar... Fui questionado aqui sobre a conveniência, ou não, sobre o procedimento de realizar vários questionamentos, ou de iniciar os questionamentos por este Relator. E é óbvio que, como estamos num processo de investigação, sempre cabe ao Relator a tarefa mais indigesta, que é aquela de fazer as perguntas mais óbvias em determinado momento e mais complexas em outro, porque nós, em alguma medida, temos a responsabilidade de orientar o processo de investigação, permitindo que as contradições em vários temas possam expressar-se, e, ao mesmo tempo, possamos confrontar as informações prestadas por todos aqueles que passam nas oitivas e também as informações que são levantadas pela equipe técnica que trabalha à disposição da CPMI.

Volto a informar aos Srs. Parlamentares que temos uma equipe técnica densa, grande, com representação do Tribunal de Contas da União, com representação da AGU, com representação das nossas consultorias legislativas, tanto da Câmara quanto do Senado, com a participação da Polícia Federal, enfim com vários técnicos especializados, que têm experiência nesse tipo de investigação e que vão orientando as perguntas e os questionamentos a partir da proposta de produção de relatório desta CPI, que estamos vislumbrando ou enxergando para o fim desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, as perguntas feitas pelo Relator têm exatamente o intuito de, ao final, orientar o relatório que será produzido por este Relator, não que as perguntas formuladas por V. Ex^{as} e que também são perguntas importantes, também não sejam levadas em consideração na produção do relatório. Ao contrário, todas são compiladas, analisadas, confrontadas, porque serão, em alguma medida, utilizadas também na produção do relatório final.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Bom; dito isso, feita essa premissa, eu vou acatar a proposta feita pelo Deputado Bacci e, na verdade, farei apenas algumas perguntas e alguns questionamentos ao depoente, com o intuito de lhe dar a oportunidade de responder a algumas perguntas, a alguns questionamentos nesta CPMI.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Uma questão de ordem antes das suas perguntas, nobre Relator...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... se o Presidente me permitir.

Arguo o art. 198 do Regimento do Senado, tendo em vista o fato de que o Regimento Comum é omissivo.

O Regimento Interno do Senado Federal diz o seguinte, Presidente, no art. 198: "Somente em sessão secreta poderá ser dado a conhecer ao Plenário documento de natureza sigilosa".

O mesmo Regimento dispõe, ainda, que:

Art. 144: Quanto ao documento de natureza sigilosa, observar-se-ão, no trabalho das comissões, as seguintes normas:

III - Se a matéria interessar à comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta.

Parágrafo único. A inobservância do caráter secreto, confidencial ou reservado de documentos de interesse de qualquer comissão sujeitará o infrator à pena de responsabilidade, apurada na forma da lei.

Então, estou colocando aqui a V. Ex^a que, tendo em vista que o Sr. Paulo Roberto se encontra em processo de delação premiada e a legislação resguarda o sigilo das informações que ele prestou até agora ao Poder Judiciário, e, ainda, tendo em vista o caráter de investigação e de apuração constitucional desta CPMI, esta reunião, muito embora eu gostasse que fosse aberta, tem que ser secreta. E só numa reunião secreta se dará garantias ao Sr. Paulo Roberto, e à sua advogada, de que não terá nenhum prejuízo com relação ao processo de delação que está em curso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Mendonça...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Então, eu pediria a V. Ex^a que, de ofício – não precisa de deliberação do Plenário –, decreta a condição de sigilo e reserva só para os parlamentares, para que possamos indagar o acusado e aquele que está em processo de delação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Mendonça, eu reconheço o esforço de V. Ex^a em consubstanciar a ideia.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É o Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou iniciando a reunião.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O depoente está, no curso da Justiça Federal, com matéria sob segredo de justiça, mas a vida do depoente e as suas relações com a Petrobras também podem ser inquiridas aí e não são motivo de segredo de justiça. Por isso eu estou começando a reunião.

Fiz o que deve ser feito: perguntei ao depoente se, porventura, na existência de uma reunião secreta, ele teria condições ou se estimularia a falar. Como não, nós vamos continuar com a reunião aberta.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Mas não é uma decisão do depoente, Presidente; é uma questão de natureza constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esta é a decisão da Presidência. Permita-me.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu posso recorrer ao Plenário, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode recorrer ao Plenário.

Com a palavra o Sr. Relator.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Oportunamente vou fazê-lo.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sr. Paulo Roberto Costa, mesmo com a sua fala ou expressão de que não responderá às perguntas, aos questionamentos, este Relator gostaria de insistir em algumas respostas, em algumas perguntas. A primeira delas sobre a Refinaria de Pasadena.

O senhor tem o conhecimento de que houve propina ou irregularidades nas tratativas sobre Pasadena? Se sim, quem foi beneficiado, quem pagou e quem recebeu propina no caso da compra deste complexo?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Sr. Relator, repito aqui. Desculpe novamente, mas eu vou permanecer calado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Uma das questões ainda relativas à Refinaria Abreu e Lima, no Nordeste, amplamente discutida, é de que um dos motivos citados nos depoimentos para o aumento de custos de implantação da Refinaria Abreu e Lima foi a alteração do projeto inicial, com apenas um trem de refino, para dois trens de refino independentes. Essa informação é verdadeira? É possível estimar esse aumento?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Sr. Relator, desculpe novamente. Nada a declarar.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – É verdade que V. S^a delatou à Justiça brasileira a ocorrência de superfaturamentos e pagamentos de propinas oriundos das contratações da Refinaria de Abreu e Lima? A PDVSA tinha conhecimento desse fato? Isso poderia ter levado a PDVSA a desistir do negócio?



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Repito aqui, com todo o respeito, mas vou permanecer calado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu vou passar direto às perguntas relacionadas ao tema da delação premiada.

Ao oferecer a denúncia contra o senhor e mais outros nove acusados, o Ministério Público Federal afirmou que o senhor valia-se da condição de Diretor de Abastecimento da Petrobras e de Presidente do Conselho de Administração da Refinaria Abreu e Lima para superfaturar contratos e desviar recursos públicos, que seriam, entre aspas, "lavados pela empresas de Alberto Youssef.

Além disso, têm sido divulgadas por diversos veículos de comunicação várias informações, vazadas, da delação que V. S^a estaria fazendo, e que são sigilosas. O senhor confirma acordo com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal para a delação premiada? Já foi concluída a tal delação?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Novamente, com todo o respeito, nada a declarar.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Quais os termos do acordo para a delação: redução de pena, perdão da pena ou transformação em pena restritiva de direitos?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Me reservo o direito de ficar calado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O senhor sofreu algum tipo de pressão...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Relator, V. Ex^a me permitiria um rápido aparte?

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Pois não.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Com toda a sinceridade, a intenção desta CPI é obter as informações necessárias para avançarmos na investigação e conseguirmos, dentro dessa agilidade, talvez chegarmos aos nomes das pessoas envolvidas – repito – antes das eleições. Agora, permanecermos ao longo da tarde com perguntas, expondo o réu a dizer, em cada uma delas, "me reservo o direito de não responder", eu acho que não é oportuno, não é função desta CPI, e não me sinto à vontade em fazê-lo.

Com toda a sinceridade, se ele não quer, de fato, falar em uma reunião aberta, acho que poderíamos tentar convencê-lo em uma reunião reservada. E a advogada poderia, nessa reunião reservada, nos dizer quais são os motivos pelos quais ele não pode falar. E como é um direito dele, ele seria também dispensado da reservada. Mas tentemos, uma vez na reservada, ao invés de expô-lo publicamente, pergunta a pergunta, porque não é esta a intenção desta CPI, não é esta nossa função primeira.

Eu faço essa ponderação a V. Ex^a e ao Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoridade/DEM - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu vou tomar uma posição. Eu vou permitir ao Senador José Agripino, rapidamente... Deputado Onyx...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoridade/DEM - RN) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma ponderação. Nós não podemos transformar esta reunião, que



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

o Brasil todo está acompanhando, em uma frustração nacional. Nós, do Congresso, não temos o direito de transformar esse encontro em um encontro de frustração nacional. Está claríssimo que o depoente veio aqui determinado a não dizer nada. Está sendo feita aqui a última proposta de uma reunião reservada, em que ele pudesse dar contribuição mínima ao esclarecimento dos fatos que o Brasil quer saber. Se ele não concordar, quero deixar aqui, com V. Ex^a e com a Comissão, a proposta de fecharmos questão em torno daquilo que foi objeto da reunião anterior de, no Supremo Tribunal Federal, obtermos definitivamente o compromisso da remessa imediata do compartilhamento dos depoimentos da delação premiada, para que esta Comissão, aí sim, possa cumprir o seu papel perante o País. Do contrário, o evento de hoje vai manchar, definitivamente, a imagem do Congresso e das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Então, quero colocar a V. Ex^a, ao Relator, aos membros da Comissão: se o depoente insistir em não dizer nada, não responder pergunta nenhuma, a Comissão deve ter como meta, como objetivo, obter do Supremo Tribunal Federal o compromisso definitivo de, chegando ao Supremo cada depoimento da delação premiada, a Comissão ter acesso imediatamente para que ela possa, como o Ministério Público e a Polícia Federal, cumprir seu papel constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador José Agripino, respondendo a V. Ex^a, me permitam os demais interpelantes, nós já tomamos as providências que eram necessárias e cabíveis, e com firmeza. Fizemos ao Procurador-Geral da República, fizemos ao Juiz – mesmo assim, fizemos ao Juiz da comarca de Curitiba, o Juiz Federal –, fizemos ao Sr. Ministro Teori Zavascki. Mas agora, depois desta reunião, vou pedir uma audiência ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, em companhia do Ministro Teori, e convido V. Ex^a a, comigo, com o Relator e com o Senador Gim, ir ao Supremo Tribunal Federal. Fica certo assim.

Vamos otimizar. Vou colocar o requerimento agora do Deputado Mendonça Filho. Está bom? O.k.? Posso fazer?

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu quero encaminhar, Presidente. Só defender o requerimento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Eu pedi, eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já defendeu muito.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Eu gostaria...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Há razões... Há razões...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Questão de ordem, Presidente, questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Um minuto...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Haverá alguém que vai se posicionar contra?

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, eu gostaria...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Me permitam organizar, por favor.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor vai ter a questão de ordem.

Onyx com a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Eu tinha pedido...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O senhor tinha pedido e eu estou lhe dando.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O.k., Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agora, faça em um minuto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Em um minuto. Vamos todos em um minuto, está certo? Ouço todo mundo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Todo posicionamento inicial que eu manifestei aqui era porque, sobre tudo o que nos debruçamos e investigamos, é evidente que é um esquema mafioso e criminoso e que seguramente o depoente tinha parte ativa, preponderante e o comandou. Portanto, é muito claro que a delação ainda não é premiada. Acho que é um equívoco aqui o que está sendo dito. Ela está tentando ser construída para... Poderá ou não ser premiada. Por essa razão há a preocupação de investigar profundamente. Por isso a proposta de que a gente possa fechar e incluir esse objetivo.

Nós Parlamentares... tenho dados aqui – e queria perguntar ao depoente – que são retirados de sigilos que estão aí. Como eu verbalizo isso abertamente? Então, em proteção à Comissão e principalmente para investigar e chegar aonde o Brasil quer, nós precisamos interrogá-lo frente a frente e fechados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Um minuto, Simplício, e um minuto, Afonso.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, é apenas para somar as ponderações que foram feitas aqui e aumentar. O Brasil inteiro está, neste momento, esperando uma resposta destas Casas do Congresso Nacional. Os nomes dos Presidentes da Câmara e do Senado estão envolvidos nesse processo, e nós temos que hoje começar a efetivamente dar uma resposta à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votar o requerimento.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Nós não podemos fazer aqui uma espécie de encenação. Nós precisamos avançar para dar algum posicionamento real à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Deputado Afonso – vamos votar o requerimento – com a palavra. Um minuto.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, só para destacar o seguinte: o art. 144 do Senado ressalva as matérias de natureza sigilosa. Até o momento, o depoente vem dizendo que se nega a responder. A minha ponderação é, convindo, que V. Ex^a, de ofício, permita que o Deputado Marco Maia, como Relator, registre quais são as perguntas fundamentais e as faça. Porque nós não sabemos quais são as que ele se nega a responder. Se porventura ele se dispuser a responder a alguma delas, obteremos algum resultado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, só para encaminhar o requerimento, Presidente. Trinta segundos. Trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Enio Bacci. PDT - RS) – A questão não são as matérias sigilosas que ele possa responder, mas que nós possamos perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. k. Vamos encaminhar o requerimento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – O PT quer investigar e quer esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., o.k., o.k. Vamos lá.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O autor do requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O autor tem mais alguma explicação fora essa que está consubstanciada no texto? Em um minuto, por favor.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu tenho, eu tenho. Vou ser bem objetivo, Presidente. Talvez em menos de um minuto... Um pouco mais do que um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu quero dizer o seguinte: defendo a publicidade de todo trabalho legislativo. No entanto, é público e notório que o Sr. Paulo Roberto está hoje em processo de delação premiada e isso corre em segredo. Então, é necessário que se dê a ouvida do depoimento dele nesta Comissão Parlamentar de Inquérito em regime secreto. É por isso que eu peço a V. Ex^a que aprove, submeta a aprovação o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está sobre a mesa...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... para que a gente possa ter o testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Está sobre a mesa depoimento do Líder dos Democratas, Mendonça Filho...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Depoimento, não; requerimento, desculpe, do Líder dos Democratas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... com o apoio de outros Deputados, com o apoio do Deputado Onyx, com o apoio do Deputado Enio, que está aqui...

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Afonso, do PT.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ... com o apoio do Deputado Afonso. Nós vamos pôr em votação o requerimento de S. Ex^a com esses apoios. Os senhores...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, votação...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou ler os termos do requerimento.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Votação.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou ler os termos do requerimento. Por favor, Afonso."Requeiro, nos termos do art. 151 do Regimento Comum do Congresso Nacional e no art. 144, Inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a V. Ex^a [e aqui estou colocando 'ouvido o Plenário'] a transformação desta sessão aberta em sessão secreta. Assinado: Deputado Mendonça Filho e outros."

Em votação.

Os Srs...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Voto aberto.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Orientação de Bancada, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT pelo voto aberto.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Orientação de Bancada pelo PT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Orientação de Bancada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT pela sessão aberta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Orientação de Bancada.

Por favor!

Deputado Eduardo Cunha.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Depois, pelo PT, Deputado Afonso...

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Em primeiro lugar....

Sr. Presidente, V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...depois Deputado Julio.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – V. Ex^a, em questão de ordem, decidiu que a sessão ficaria aberta...assim o desejasse para prestar informações. Então, é um recurso da sua decisão, e não um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É um recurso, é um recurso da minha decisão.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Então, o que há é o seguinte: o PMDB se manifesta contrário ao acolhimento do recurso, a menos que V.Ex^a, no juízo da Presidência, entenda que informações sigilosas serão divulgadas, e queira fazê-lo administrativamente, ou o depoente o peça. Senão, se estamos aqui para fazer uma ausência de declarações públicas, transformar a ausência em privada, frustrar a todos que aqui estão para assistir, então, o PMDB não concorda, a menos que haja o posicionamento do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Esse é um recurso...

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Sr. Presidente Vital do Rêgo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou ouvi-lo.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Com apoio também do Senador Fleury.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou ouvi-lo, vou ouvi-lo, Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Com apoio também do Senador Fleury.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com apoio de V. Ex^a, com apoio do Senador Fleury.

Estamos votando um recurso à minha decisão contrariando...

O requerimento é um recurso à minha decisão.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Não, Sr. Presidente, é um requerimento de votação secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A questão de ordem de V. Ex^a eu não aceitei. V. Ex^a veio com um requerimento, e esse requerimento estou colocando agora em votação...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...ouvindo os encaminhamentos.

Vou ouvir agora o encaminhamento do PT, Afonso, e, pelo PSB, Delgado.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Sr. Presidente, nós subscrevemos para dar celeridade e não voltarmos a meia hora de questões de ordem. Somos pela manutenção da sessão aberta e queremos apurar todos os fatos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Júlio.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Sr. Presidente, a sessão estava aberta enquanto as ilações começaram a ser dadas. O Relator fez três perguntas, que foram negadas pelo depoente, a respeito de um tema específico. Se o depoente resolve fazer na Justiça a delação, para proteger a si e a seus familiares. Com relação à sociedade brasileira, temos que proteger o Parlamento com relação àqueles que, por ilações, são citados e não podem se defender.

Quero aqui, muito claramente, dizer que, se for para contribuir e que se esse for o sentido da transformação para secreta como forma de ele contribuir com o povo brasileiros, já que temos eleições daqui a 20 dias, defendo que a votação se transforme em secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Encaminhamento pelo PSB, apoiando o requerimento. Tenho mais...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, já foi encaminhado.

V. Ex^a ...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votar, Onyx, vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos votar, vamos votar.

Humberto...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, o Democratas tem o direito de orientar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Total direito, e, tem um minuto V. Ex^a para falar.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E a orientação é a seguinte: há os que querem iluminar e os que querem iludir. Manter a sessão aberta é um jogo combinado. A investigação só tem uma chance: é fechar esta reunião. Se não a fecharmos, vai ganhar quem não quer investigar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Imbassahy com a palavra. Encaminhamento rápido.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, rápido.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Protesto, Sr. Presidente, protesto.

Essa é uma acusação que não tem pertinência!

(Tumulto no recinto.)



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – O PT já encaminhou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Imbassahy com a palavra, por favor.

Por favor, Imbassahy com a palavra.

O PT já encaminhou.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, com a sessão aberta, todos sabemos que não via haver nenhuma consequência, porque o Sr. Paulo Roberto se recusa a fazer as respostas, com o direito que tem. Então, acho que devemos fazer uma tentativa com a sessão secreta, até porque, Sr. Presidente, tenho muita curiosidade em saber o que o Sr. Paulo Roberto estava escrevendo aqui atrás do macacão da Presidenta Dilma. A Presidenta já tinha colocado aqui seu autógrafo no macacão do Sr. Paulo Roberto. Eu gostaria de saber o que ele está escrevendo aqui atrás do macacão da Presidenta Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Vanessa, para encaminhar.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Já foi encaminhado, o PT já encaminhou, o Afonso já encaminhou.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Veja bem, alguns Parlamentares aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Alguns Parlamentares aqui, Sr. Presidente, estão tentando manipular esta reunião para saírem daqui vitoriosos de qualquer forma.

Eu quero dizer que V. Ex^a tomou uma decisão, e a ela houve um recurso.

V. Ex^a se baseou em todas as questões de ordem feitas preliminarmente. E quais foram as questões de ordem? Todas elas, Sr. Presidente, nenhuma oposta a outra: vamos ouvir o depoente. Se ele falar em público, falará em público; se ele disser que falará em reunião secreta, vamos fazer reunião secreta.

Já ouvimos o depoente dizer que não fala nem em reunião aberta, nem em reunião secreta. Então...

Isso aqui não é teatro! Se o povo está sendo frustrado, não é por nós. Mais do que ninguém nós queremos as respostas, o quanto antes melhor, para corrigir todo o esquema que, infelizmente, marca a República. Contudo, não podemos fazer disto aqui um palanque, Sr. Presidente, para as pessoas virem e dizerem: "Ah, se não aprovar isso aqui, ganhou; se não aprovar aquilo, perdeu".

Então, Sr. Presidente, voto com V. Ex^a, pela coerência, mantendo aquilo que todos propuseram inicialmente. Não há necessidade de se fazer uma reunião fechada se o próprio depoente diz que ficará calado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – *O.k.*



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Deputado Enio Bacci, pelo PDT; em seguida, Deputado Rubens Bueno, pelo PPS, para que nós possamos ir a voto.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, a questão é simples...

Sr. Presidente, eu peço a atenção de V. Ex^a e dos Srs. Parlamentares.

Por que essa pressa toda? Eu não entendo porque tanta pressa.

Aqui, Parlamentares receberam cópias sigilosas de toda a Operação Lava-Jato, de toda a documentação. As assessorias estudaram essa documentação, e cada um tem informações que poderiam ser interligadas. Contudo, ninguém poderá falar sobre elas em uma reunião aberta, sob risco de ser responsabilizado penalmente.

Então, uma reunião fechada, no mínimo, daria a nós, Parlamentares, a oportunidade de saber o que cada Parlamentar tem ou o que a assessoria de cada Parlamentar concluiu em cima dessa documentação secreta. Aí, sim, renderia um pouco.

O ideal seria a palavra do Sr. Paulo Roberto, mas ele, que está com um olhar muito sério, certamente deve estar avaliando como cada Parlamentar se pronuncia aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno, com a palavra para encaminhar.

Em seguida, Deputado Simplício. Então, a seguir, vamos a voto. *O.k.?*

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, apenas porque eu gostaria de perguntar, em reunião aberta, ao Sr. Paulo Roberto Costa se ele utilizava o telefone celular funcional de nº 8211-9369 e se esse telefone...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens, é para encaminhar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não; eu queria perguntar publicamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou pedindo a V. Ex^a para encaminhar. Então, por favor, encaminhe.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Eu vou encaminhar. Antes, porém, isso eu gostaria de perguntar dessa forma, ou seja, se ele utilizava esse telefone celular funcional da Petrobras e se tinha algum negócio com Alberto Youssef; se fazia com a Petrobras esses negócios por meio desse celular, em Volta Redonda.

Isso eu gostaria de perguntar publicamente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E o encaminhamento?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – O encaminhamento, Sr. Presidente, é o seguinte: do jeito que nós estamos fazendo agora e vendo o encaminhamento que está sendo feito, nós vamos pedir a reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k; reunião secreta.

Deputado Simplício, para encerrar.

Apenas o encaminhamento, por favor.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, é fundamental que nós tenhamos algum resultado desta reunião. Permitir que esta reunião continue de forma aberta é beneficiar quem está por trás desses esquemas.

Nós já sabemos o resultado da reunião aberta. Precisamos avançar para a reunião fechada para tentar colher alguma informação que possamos levar ao conhecimento da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos a voto.

Vou chamar nominalmente os Srs. Parlamentares.

Peço ao meu Vice-Presidente que acompanhe a votação.

Senadores João Alberto, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Cyro Nogueira, José Pimentel...

Senadora Vanessa Grazziotin, V. Ex^a acompanha a decisão da Presidência pela manutenção da reunião aberta?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Acompanho o voto de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vanessa Grazziotin.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Reunião aberta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a decisão da Presidência.

Senador Acir Gurgacz.

Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Voto pela manutenção da reunião aberta, para que o Brasil possa acompanhar transparentemente o transcurso desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Fechada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fechada.

Senadores Mário Couto, Jayme Campos...

Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR - SP) – Pela manutenção da reunião aberta, acompanhando a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Gim Argello, Vice-Presidente.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Pela reunião fechada.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Ataídes Oliveira...

Algum outro Senador presente? Por favor, queira se manifestar.

Senador José Agripino, pelo Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - RN) – Como última chance, Presidente, de se obter alguma coisa desta reunião, voto pela reunião fechada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Fechada.

Algum outro Senador que eu não estou divisando?

Senador Fleury. Está aqui o Senador Fleury ao meu lado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Ele não é membro. Desculpem. Senador Fleury não é membro.

Vamos à lista agora das Sr^{as} e dos Srs. Deputados.

Com a palavra o Relator Marco Maia.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Voto com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sibá Machado. *(Pausa.)*

Sandro Mabel.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Com o senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Lucio Vieira Lima.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Voto com o senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Hugo Napoleão, José Carlos Araújo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Sr. Presidente, eu acho que esse cidadão devia ter respeito com esta Casa. Vem aqui... Devia ter dito que não ia falar nada antes de fazer com que esta Casa se mobilizasse toda para estar aqui para ouvi-lo. Ele não quer falar. Ora, já sabia que não ia falar. Podia evitar o constrangimento desta Casa e de todos nós. Portanto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Lógico! Não só o custo dele como o nosso, do Brasil. Ele saqueou a Petrobras, saqueou o Brasil e aí faz com que esses gastos todos sejam feitos neste momento. Portanto, Sr. Presidente, tanto faz aberta como fechada será a mesma coisa. Ele não vai falar em hipótese alguma. Então, eu vou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – V. Ex^a quer deixar eu votar ou quer votar por mim? *(Risos.)*

Até hoje é direito do Parlamentar é usar a palavra.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Araújo, vote, meu irmão e amigo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PSD - BA) – Não preciso de interlocutor.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez vou acompanhar V. Ex^a porque não vejo alternativa. Se eu tivesse uma única esperança que ele falasse alguma coisa, eu votaria para a reunião ser secreta. Mas sei que ele não vai falar. Portanto, acompanho V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Só um registro, Sr. Presidente.

A sugestão de uma audiência secreta, sigilosa, ficou muito clara para todo mundo, é uma tentativa de obter informação, porque, na pública, ela não mais virá. Isso todos sabem. Daí por que alguns, em vez de dizer "reunião aberta", dizem "acompanho V. Ex^a", para não ficar muito claro aquilo que é evidente: na aberta, não teremos nenhuma informação. Na sigilosa, há uma tentativa. E, por essa razão, sou a favor da sigilosa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. LUCIO VIEIRA LIMA (PMDB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

Na hora que o Deputado fala na questão do voto dos outros, que estão dizendo "acompanho V. Ex^a" como se fosse uma tentativa de esconder algo... O depoente já falou que não vai falar secretamente a não ser que queiram torturá-lo em uma reunião secreta. Ele já disse. Eu não sou adepto da tática de tortura, da prática de tortura; ao contrário, combato energicamente. Quem mais quer saber é o PMDB. Agora, já dito que não vai falar, eu não sei que prática vai ser adotada secretamente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos continuar a votação.

Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (DEM - RJ) – Voto pela secreta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Bernardo Santana. (*Pausa.*)

Deputado João Carlos Bacelar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – Sr. Presidente, o Brasil todo está aguardando o depoimento do Sr. Paulo Roberto. Mas, ao mesmo tempo, a imprensa já divulgou que ele não iria falar. Então, acho que ele não vai falar nem na aberta nem na fechada. Por isso acompanho o senhor, pela reunião aberta, para se esclarecer o mais rápido possível para a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Só reiterando que a tentativa da secreta era para ver se a gente conseguia, do nobre depoente, a sensibilidade de contribuir com a sociedade brasileira. Mas o circo está sendo armado é com a reunião aberta. Por isso eu voto com a reunião fechada, Presidente.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, isto é um trocadilho que estão tentando armar com a opinião pública: dizer que parece que quem está defendendo a reunião fechada está defendendo que a gente esconda as coisas que nós vamos perguntar. É ao contrário. Na aberta, ele já falou que não fala. Na fechada, nós vamos poder... Eu sei que ele não vai poder falar também, mas podemos fazer as nossas perguntas com as quebras de sigilo bancário, fiscal, telefônico. Se eu fizer essa pergunta, estou cometendo crime de quebra de sigilo. E o Governo, a gente já viu, este Governo é ímpar na questão de investigar quem vazou e esquece, varre para baixo do tapete a corrupção.

Eu queria, Presidente, votando, agora, que o nosso depoente pudesse pelo menos confirmar os nomes dos Deputados Federais, Senadores, ex-Governadores, Ministros e os casos em que se envolveram em corrupção, já que jogou a lama para dentro do Congresso, da Esplanada, do País inteiro e essa lama vai ser muito difícil de varrê-la para fora desses órgãos. Publicamente, ele podia confessar agora tudo isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a vota como?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Nós votamos por reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno com a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, também gostaria de, na reunião aberta, obter a resposta das ligações telefônicas do celular funcional da Petrobras, ligações várias que ele fez para o Sr. Alberto Youssef, e saber dos negócios com a Petrobras em Volta Redonda. Se isso não é possível, vamos tentar, na reunião secreta. Lembrando, Sr. Presidente, que precisamos saber da interpelação da Mesa ao ex-Presidente Lula daquilo que ele pronunciou publicamente. Isso é de fundamental importância para o País.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a faça o requerimento, por favor.

Arnaldo Faria de Sá. (*Pausa.*)

Ronaldo Fonseca.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – Sr. Presidente, vou dar meu voto, mas estou com uma curiosidade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sim, senhor.

O SR. RONALDO FONSECA (PROS - DF) – As informações de que o Brasil tomou conhecimento do depoimento do Sr. Paulo Roberto à Polícia Federal foram em reunião fechada ou aberta? Porque tomamos conhecimento pelos jornais e pelas revistas. Não sei se foi em reunião aberta ou fechada. Como ele não vai falar em nenhuma das duas, estou votando pela reunião aberta, porque, se for fechada, amanhã, os jornais e as revistas vão saber também.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dos membros titulares do PT, há uma ausência, que será compensada pela presença do Deputado Afonso Florence. Como vota V. Ex^ª? Só cabe um. Afonso é... Se Afonso não votar, a gente passa a palavra à Iriny.

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente, estamos aqui para revelar a verdade desses fatos ao País depois de uma investigação séria. Se o depoente já disse que não falará nem em uma aberta nem em uma fechada... Não gosto de trabalhar com versões, acho que o Brasil merece que os fatos sejam relatados e comprovados. Uma reunião fechada só serviria para a construção de versões. Acho que isso não serve à democracia do Brasil. Por isso, vou votar pela aberta.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.
Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, temos três Poderes neste País: Executivo, Judiciário e Legislativo. Entendo que, pela suspeição que se colocou em cima do Presidente do Senado e Presidente da Câmara, possivelmente envolvidos em tudo isso, sinceramente, o Poder Legislativo está sob suspeição também. Vergonhosamente, a população brasileira assiste ao que estamos presenciando. Se ele não quer falar, que venha a cópia e que venha a público o que alguns tentam manter em sigilo. Por isso, voto pela reunião secreta, na tentativa de expormos alguma coisa que está hoje guardado a sete chaves.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Computados os votos, votaram com o requerimento oito Sr^ªs e Srs. Parlamentares e votaram contrário ao requerimento, para manter a reunião aberta, dez Sr^ªs e Srs. Parlamentares.

Vamos continuar com a reunião.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni. (*Pausa.*)

Dez a oito. (*Pausa.*)

Ah, com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não havia encerrado os meus questionamentos ainda, mas quero dizer que muito me constrange fazer perguntas e questionamentos sem que haja a respectiva resposta.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Sr. Relator, poderia só uma opinião? Ele não responder cada uma. Só quando ele quisesse, então, responder alguma, que ele pudesse vir ao microfone e repetir a mesma frase hedionda que vamos ficar a tarde inteira ouvindo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Com isso, estou abrindo mão, neste momento, de fazer o restante dos meus questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, agora, pela ordem de inscrição, com as preferências, o Deputado Onyx Lorenzoni, que é o autor do Requerimento nº 10, de 2004, por cinco minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Dez.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Dez seriam intercalados.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Está bem.

Presidente, então, com bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom Senso Futebol Clube.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Cinco para todo mundo. Está o.k.?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente, tudo aquilo que me abasteceu a competente assessoria técnica da Bancada dos Democratas e que poderia...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deixe-me só pedir licença para uma questão de ajuste técnico administrativo.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tem um colega meu que está com a máquina exatamente me fotografando neste momento. A sua presença em pé está impedindo que eu veja o relógio. Se você conseguir uma localização melhor para que eu possa ver o relógio para que eu possa administrar melhor...

Obrigado a vocês.

Com a palavra V. Ex^a. Retomo o tempo...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Presidente! Presidente! Posso ir?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Bom. Nós temos uma competente assessoria técnica, reconhecida por todos os Partidos aqui na Casa, e a maioria absoluta dos questionamentos que eu teria para fazer é de questionamentos baseados em quebra de sigilo fiscal e bancário, o que impediria que fosse feito diretamente numa reunião aberta, pelas razões já expostas aqui por outros Parlamentares.

Quando nós vínhamos caminhando para cá, eu encontrei com S. Ex^a o nobre Relator, e nós comentávamos que esta já supera a minha décima CPMI ... CPI, perdão, existem algumas que não eram mistas. E sempre que bandido veio em CPI, usou desse expediente, ou seja, usou do expediente de não falar. Todos os bandidos que eu tive a possibilidade de verificar depondo em CPis usou desse expediente. Então, eu quero dizer que nós estamos diante de um bandido. Não é nem V. S^a, muito menos o nobre depoente, é bandido, porque saqueou a Petrobras. E eu, como não posso usar aqui os documentos, quero só usar elementos históricos.

O Sr. Paulo quer voltar a Roberto Jefferson na tribuna da Câmara, que, como muitos Parlamentares que estão aqui vão lembrar, abriu a mão, dos cinco pontos de sustentação do mensalão um deles era a Petrobras. Em 2005! E nós não conseguimos investigar, porque o governo da época não deixou.

Deputado Júlio Delgado vai lembrar do que eu estou dizendo agora: nenhuma nomeação do primeiro governo do Presidente Lula, ainda mais na Diretoria de



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Abastecimento da Petrobras, passaria sem o amém de José Dirceu. Portanto, para chegar na Diretoria da Petrobras, o bandido que está sentado nesta sala aqui foi suportado, avalizado e bancado por José Dirceu.

José Dirceu é o mesmo homem que rompeu com Roberto Jefferson porque o juiz Sérgio Moro comandava uma investigação chamada Beacon Hill, em que, em agosto de 2004, próximo a vinte e poucos dozeiros, entre eles Alberto Youssef, foram presos. E aí, Dirceu não podia mandar o dinheiro para pagar a conta que ele tinha com Roberto Jefferson. E Roberto Jefferson cobra do Presidente Lula e o Presidente Lula manda dar uma diretoria em Furnas. E naquela diretoria Dirceu não quis romper o acordo político existente. E por isso que o mensalão vem à tona.

A minha dúvida é zero, desde o trabalho feito na CPI dos Correios, de que o Sr. Paulo Roberto Costa foi colocado na Diretoria de Abastecimento pelo Sr. Janene, que pilotava naquela época um esquema de corrupção ligado ao mensalão sob comando e supervisão de José Dirceu.

E o que é mais interessante ainda na linha do tempo que nós fizemos é que a Ministra de Minas e Energia referenda e suporta as operações de Paulo Roberto Costa. Depois como Ministra Chefe da Casa Civil vai presidir o Conselho de Administração da Petrobras e o Deputado Imbassahy mostra uma foto afetiva, carinhosa da Presidente Dilma ao lado de Paulo Roberto Costa. Como é que Paulo Roberto Costa, depois de dois anos atuando na Petrobras, pós-escândalo do mensalão, Deputado Júlio Delgado, é chamado de Paulinho pelo Presidente Lula. Por quê? Porque o esquema das empresas de publicidade foi derrubado, mas se ganhou um esquema mais lucrativo, mais competidamente desenvolvido e que rendia dividendos ao esquema criminoso.

O que quero dizer aqui, publicamente, é que o Governo do Presidente Lula e da Presidente Dilma e o PT não aprenderam com o mensalão. Não aprenderam porque lá foram à ação, foram ao Supremo Tribunal Federal, foram condenados, mas o esquema é o mesmo.

Se nós formos aqui... Onde estava Enivaldo Quadrado? Lá no mensalão. Onde está Enivaldo Quadrado? Operando...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k., Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Operando para a lavagem de dinheiro feita nas operações de Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k. Deputado...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Então, Sr. Presidente, eu quero terminar...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Termine, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...terminar dizendo o seguinte, Presidente, eu lamento que nós não tenhamos aqui conseguido levar para uma reunião que permitisse minimamente o uso das informações que nós temos aqui que poderiam ser muito



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

úteis ao Relator e à própria CPMI. E quero afirmar que nós estamos diante da continuidade – e do braço indicado por Roberto Jefferson – do mensalão. O mensalão não acabou com Marcos Valério.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.
Deputado Francischini.

O.k.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – E eu quero terminar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, Deputado!

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...dizendo o seguinte, eu apresentei a convocação de Marcos Valério. Por quê? Porque a conexão...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.
Conclua, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – ...será direta com o Sr. Paulo Roberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Francischini com a palavra, por permuta com o Deputado Simplício.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Presidente, também não tenho a mínima dúvida, depois de tantos anos como Delegado da Polícia Federal, de que esse não é o mensalão dois, é o mesmo mensalão. E são fontes diferentes dentro do Poder Público pagando Deputados, Senadores; e agora, mais longe ainda, Ministros e Governadores. E, infelizmente, o operador lá atrás era o Marcos Valério e o atual operador dentro do Governo é o Sr. Paulo Roberto Costa.

O Sr. Marcos Valério demorou e não fez delação premiada, está aí condenado a não sei quantas dezenas de anos de prisão. E o Sr. Paulo Roberto Costa, colaborando com o nosso País, está fazendo a delação premiada.

Acho que ele poderia contribuir muito, Presidente, muito com o futuro do nosso País corrigindo erros do passado; corrigindo até a sua relação com sua própria família, suas filhas, pessoas que com certeza se sentiram humilhadas publicamente com tudo o que aconteceu.

A gente sabe que por trás das nossas atitudes... e por trás dele tem uma família também. Uma família verdadeira, Sr. Paulo Roberto Costa, sente por nós, quando cometemos erros. O senhor está consertando seu erro, tenho certeza. E o senhor poderia consertar muito mais os seus erros, agora, não aceitando a orientação da sua advogada, fazendo uso da palavra e contando para nós quem são esses Deputados Federais, quem são os Senadores, os Governadores, e passando a limpo o nosso País.

A sua colaboração vai ajudá-lo, com certeza, a se redimir não só perante a sociedade, mas com certeza perante suas filhas, sua família que agora a nós assiste, vendo que o senhor tomou uma postura de homem assumindo o erro e trazendo à tona o esquema criminoso do qual o senhor estava no meio.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O senhor era o operador. O senhor não era quem o pôs na função; o senhor não era quem aqui dentro do Congresso o mantinha na função; o senhor não era quem abastecia financeiramente esse esquema, mas o senhor foi usado como o grande esquema. Lucrou? Lucrou. O senhor mesmo disse que tem US\$23 milhões lá no exterior.

Eu tenho certeza, Presidente, de que isso vai ajudar a passar a limpo nosso País. Nós não podemos continuar aceitando tantas autoridades envolvidas. Os nomes, independentemente de serem confirmados ou não, todos aqueles nomes, já que nós não temos um documento até agora, não sabemos se são aqueles nomes. Por isso seria tão importante. Será que todos esses nomes estão realmente envolvidos? E quais são os casos?

Não adianta a gente trazer o nome do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado e de tantas pessoas importantes que merecem ser investigadas, já que são pessoas públicas, se não sabemos qual é o caso de corrupção que envolve cada uma, onde está o dinheiro que lucrou, onde vamos recuperar esse dinheiro? Mas sem dúvida nenhuma é o maior escândalo de corrupção da história do nosso País.

O dinheiro identificado no mensalão não chega aos pés do que a gente tem identificado por baixo; essa ponta do *iceberg* de milhões e milhões que passaram pelas contas: as contas do doleiro Alberto Youssef, as contas do Sr. Paulo Roberto Costa.

Tenho certeza dessa colaboração, principalmente no sentido do Deputado Rubens Bueno identificar – já que a saída dele foi em 2002 –, em 2010, de quem era esse telefone da Petrobras que antes já operava fazendo os contatos com o doleiro Youssef.

Já existiam esquemas também lá na refinaria de Volta Redonda. Isso era uma coisa que existia no Brasil inteiro. Acho que devemos ter o compromisso do Procurador-Geral da República de compartilhar com esta CPMI as informações, porque, do contrário, nós estamos fazendo um jogo contra o sistema político brasileiro, Presidente.

Temos de trazer à tona os nomes, mas muito mais do que isso: as provas, os indicativos de que casos são, porque estamos na véspera de uma eleição. E o que é uma eleição senão um jogo democrático, em que a pessoa avalia quem vai ser o seu representante?

Nós queremos saber também, Presidente, se a Presidente Dilma Rousseff e o Presidente Lula tinham conhecimento,...

(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – ...se o PT autorizou o funcionamento de tudo isso, porque ninguém coloca um diretor de abastecimento da Petrobras, ninguém tem tanta relação de proximidade, ninguém é presidente do conselho de administração que diz que não viu as tais cláusulas... A gente até viu agora o Sr. Cerveró morando num apartamento de R\$7,5 milhões em Ipanema, pagando R\$3 mil de aluguel.

Até onde se estende, dentro da Petrobras? Funcionários, pessoas sérias, comprometidas com a Petrobras, mas cada vez estão mais humilhados lá dentro, ao ver sua cúpula aparelhada politicamente cometendo ilícitos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. K.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Então, eu acabo de usar o meu tempo, Sr. Presidente, deixando uma pergunta para o Sr. Paulo Roberto Costa.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

E a pergunta é se ele quer passar a limpo realmente, perante a opinião pública brasileira. E talvez só uma resposta "sim" ou "não", Sr. Presidente, porque tenho certeza – já ouvi muitos, principalmente acompanhando o Ministério Público em delação premiada – de que foi a família dele, o sentimento dele de pai, de marido, de alguém que tem essas relações que o levou a ver que ia envolver toda a família, isso o levou a fazer essa delação premiada. Nada mais iria fazer, porque acompanhei muitos casos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. K., Deputado Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Se ele não quer, Presidente, um "sim" ou "não" e dizer se ele quer realmente fazer essa colaboração e se ele foi orientado a, numa reunião aberta, não colaborar com esta CPMI.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, há uma pergunta.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Presidente!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Por favor, equalize o som do microfone do Sr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Novamente, colocar aqui que não tenho nada a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno, próximo inscrito.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Depois, eu gostaria de ter a palavra como Líder, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aí, virão os Líderes.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Como Líder.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Aí, os Líderes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Veja bem: há uma preferência...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Isso é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É regimental, e os Líderes terão a palavra a qualquer momento durante a reunião. É regimental. Eu não posso fazer nada.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Só os autores do requerimento, então, Presidente? Depois dos autores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Os autores dos requerimentos eu estou chamando, mas, se um Líder pede a palavra, eu tenho de ser fiel ao Regimento.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Eu só peço a V. Ex^a que, nos que estão inscritos pela ordem, já vá excluindo os autores de requerimento e os Líderes que sucessivamente estejam na lista.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Exatamente. Com certeza. Haverá de excluir.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como Líder, em seguida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a será chamado. Por favor.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI (SD - PR) – Como Líder em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Certo! Rubens Bueno com a palavra. Depois, virão os Líderes. Eu vou excluindo das próximas.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Presidente, então, V. Ex^a me inclua como Líder também, na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, eu ouço V. Ex^a como orador inscrito.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sim, claro. Depois, eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a quer falar duas vezes?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não é...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É porque o Deputado Júlio Delgado, entendendo, compreendendo que...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Não, não, não. Eu vou, na sequência da inscrição.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a pode falar. Tem a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a é autor do requerimento. Pode falar.

Concedo a palavra ao Deputado Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, estamos aqui diante de um fato que chama a atenção, e aqui vimos a palavra extremamente forte e firme do Deputado Onyx Lorenzoni, que mostra que, nesse período do governo do PT, de 12 anos, a Ministra-Chefe da Casa Civil e Presidente da República foi Ministra de Minas e Energia, de 2003 a 2005; depois, ela foi presidente do conselho, de 2005 a 2010; foi membro do Conselho de Administração da Petrobras e, finalmente, foi Presidente da República. Nesse período de 12 anos, estamos vendo que as nomeações daqueles que hoje estão sendo investigados e já nominados como uma quadrilha que tomou conta da Petrobras tiveram o



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

aval, o apoio do ex-Presidente Lula, da atual Presidente Dilma, durante todo o período. Não só o apoio e o aval, como a assinatura da nomeação.

Nada mais grave do que o Presidente da República nomear um diretor da Petrobras, publicar esse documento no *Diário Oficial* e vermos isso que, de repente, não sabia de nada. Não sabia de nada do mensalão o presidente Lula, não sabe de nada a Presidente Dilma... Se não sabem de nada, o que está fazendo lá? Essa é a pergunta.

Nós temos aqui informações que nos chegaram, e a imprensa já as divulgou, eu as citei no começo, que no dia 25 de maio de 2010, período pré-eleitoral, é hora de correr para arrumar o dinheiro para a campanha dentro do governo, deu no mensalão. E disseram muito bem: não aprenderam com isso. Condenados, na Penitenciária da Papuda, os principais dirigentes do governo do PT, e não aprenderam e continuam o mesmo sistema, o mesmo esquema.

Então, Sr. Presidente, no dia 25 de maio de 2010, do telefone 8211-9369, telefone funcional, celular da Petrobras, o Sr. Paulo Roberto Costa, falou com o doleiro Youssef e outras pessoas de Volta Redonda para saber qual era o esquema que estava sendo montado naquele momento. Então, estou dando a data e quero perguntar a ele se ele tem algo a responder a respeito disso.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se não tem nada a declarar, nós temos a declarar. Isso é importante. De repente, até suspender a reunião, e aí os membros da Comissão convocar a imprensa e ele dar uma entrevista coletiva. Que tal? Não é? Não tem nada a declarar para a Comissão, que é o Parlamento brasileiro, em que ele acusa 25 Deputados Federais, acusa seis Senadores, acusa três governadores, acusa ministro de Estado, e parece que a Base do Governo e o PT não se comovem com isso. Não se comovem com isso. Está deixando aqui um legado mais triste da história do País, da história da República brasileira. Isso é o que dói no povo brasileiro: ter uma empresa como a Petrobras, que era a 12ª empresa há quatro anos, hoje é 120ª, e a mais endividada do mundo, porque ela foi aparelhada! Uma quadrilha assumiu a Petrobras e lá está dilapidando o patrimônio do povo brasileiro! É isso que nós temos que perguntar e é isso que ele não quer responder.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Se não quer responder, nós vamos deixar aqui, Sr. Presidente, e insistir com a Presidência e com a Mesa, para que os documentos da delação premiada sejam enviados a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para que nós possamos ajudar a investigar e a avançar nessa investigação dessa delação premiada, para que possamos, efetivamente, discutir e quebrar o sigilo da empreiteiras, dos grandes negócios com o Estado brasileiro. Pasadena não foi diferente. Lá chegou um pacote pronto de empreiteira. Foi aí que a Astra Oil não concordou mais, não quis assumir uma conta de US\$2,5 bilhões, levados pela quadrilha que queria fazer um grande negócio lá fora, e lá deixar o dinheiro, e lá colocar nas contas externas que, nós sabemos, há todo um acobertamento, e que continua nesse momento até a devolução dele. Se ele está fazendo a delação premiada, está colocando, está a serviço do Brasil, eu quero dizer a V. Exª, e quero



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

dizer ao depoente, nós brasileiros temos que, ao lado dele, ajudar a desvendar isso definitivamente e descobrir quem é o chefe dessa quadrilha que tomou conta da Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Gim. Bloco União e Força/PTB - DF) – Obrigado, Deputado Rubens Bueno.

Convido para fazer uso da palavra o próximo inscrito, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, eu quero aqui deixar registrado o fato de que, lamentavelmente, o Brasil assiste a mais um caso gravíssimo de corrupção envolvendo a gestão do Partido dos Trabalhadores. E a Petrobras, que sempre foi tida como uma empresa orgulho para o povo brasileiro, sempre foi referência internacional, infelizmente se transformou em uma casa de negócio, infelizmente se transformou em um organismo para financiar, de forma ilegal, partidos políticos, políticos e ser literalmente assaltada.

O dever constitucional do Congresso, a partir desta CPI, é ir a fundo, investigar, apurar todas as responsabilidades com relação ao que está sendo denunciado. Na verdade, os indícios de graves problemas envolvendo a Petrobras não são de hoje. Nós tivemos aí há alguns meses, o envolvimento ou a denúncia de uma empresa holandesa que alugava, e aluga, plataforma de petróleo, SBM Offshore, para a Petrobras, com indícios muito sérios de pagamento de propina.

Depois, emergiu para conhecimento público o escândalo da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, que vai entrar para a história do Brasil como um dos maiores escândalos políticos da história deste País. Lamentavelmente.

Nós temos aí uma possibilidade real de passar a limpo todo esse quadro, de esclarecer todo esse quadro de corrupção envolvendo a Petrobras: a delação a que se submete o Sr. Paulo Roberto Costa. Ele confessa os crimes cometidos, assume suas responsabilidades e esclarece ao Poder Judiciário, com o acompanhamento do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, quem se envolveu nessa teia de corrupção envolvendo a Petrobras, e tendo como central a Petrobras.

A CPI tem cobertura e amparo constitucional para acompanhar de perto. É evidente que nós temos a ciência de que há sigilo no processo de delação premiada, mas cabe, sim, à CPI atuar, apurar e acompanhar inclusive assuntos sigilosos que estão sendo investigados pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, e com o acompanhamento muito de perto por parte da Justiça Federal brasileira.

O momento é um momento ainda mais grave porque estamos nas vésperas de uma eleição nacional para governadores, Senadores, Deputados e Presidente da República. E, evidentemente, sem que se comprometa o curso do processo de investigação, a Nação quer saber a verdade sobre o escândalo envolvendo a Petrobras. O delator hoje, Sr. Paulo Roberto, prestará um serviço à Nação à medida que possa desvendar toda essa teia de corrupção envolvendo a Petrobras.

Por isso, Presidente, eu acho fundamental que V. Ex^a, com o suporte dos Parlamentares que compõem as duas Casas do Congresso Nacional – Câmara e Senado –, possa...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

(Soa a campanha.)

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – ... fazer chegar ao Supremo Tribunal Federal, ao Procurador-Geral da República, a necessidade urgente de compartilhamento das informações. E que essas informações, cumprido o processo legal, possam se tornar públicas, para que o Brasil tome conhecimento de mais esse escândalo que, infelizmente, envergonha o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu comunico a V. Ex^a e aos demais pares, para que V. Ex^{as} possam agendar, que, em comunhão com o Relator e com o Vice-Presidente, Senador Gim Argello, nós estamos requerendo, oficialmente, em nome da Comissão, uma audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal para a próxima terça-feira, e solicitando que esta audiência seja acompanhada também pelo Ministro Relator, Teori Zavascki. O.k.?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Já foi agendado, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Eu estou solicitando o agendamento. Todos serão comunicados no curso da semana, para que cada um e todos possam ser agendados.

Com os Líderes.

Alguém já falou aqui para...

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, eu estou inscrito como Líder.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Estou inscrito como requerente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Líder. Fleury, é pela ordem de inscrições. Nós temos que obedecer as inscrições. V. Ex^a está inscrito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Eu quero para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Eu estou inscrito como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Líder Imbassahy, com a palavra.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Presidente, eu estou como autor do requerimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – É, mas os Líderes, regimentalmente, têm preferência. Eu não posso fazer nada.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Está sim.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Cheguei a partir de 12h30, quando V. Ex^a comunicou que as inscrições estariam abertas, mas poderia também falar como Líder. Eu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A senhora é a segunda inscrita. Pode falar inclusive como Líder. V. Ex^a é Líder do PCdoB.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Perfeitamente. Poderia também. Entretanto, eu acho que seria melhor, se todos concordassem, que fizéssemos uma alternância.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – E é o que estou fazendo. Intercalado agora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Exatamente. Um Líder e um inscrito. Seria melhor para todos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Estamos fazendo assim, Vanessa. Estamos fazendo assim.

Imbassahy. Depois, o próximo é o Deputado Carlos Sampaio. Depois, o Deputado Afonso.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, mais uma vez registrar que a Presidente Dilma, depois de exercer o cargo de Ministra das Minas e Energia, Chefe da Casa Civil, presidir o Conselho de Administração da Petrobras, nomear diretores, acompanhar tudo que se passava da Petrobras, declarou recentemente que não tinha a menor ideia dos crimes cometidos no âmbito da estatal brasileira. Realmente, Sr. Presidente, a Presidente Dilma fracassou ao dirigir a Petrobras e, com isso, também demonstrou a sua incapacidade para presidir o Brasil. O que nós queremos é uma mudança na conduta e ética na política brasileira.

Sr. Presidente, esta audiência, definitivamente, não produziu os resultados esperados pela população brasileira e por todos nós que temos interesse em levar as investigações ao cabo de chegar, inclusive, àquelas pessoas que penalizaram, que prejudicaram, que trouxeram tantos prejuízos e que mancharam o nome dessa empresa que é orgulho de todos nós, a Petrobras. Lamentavelmente, nós não conseguimos alcançar os resultados almejados, mas vejo, com muito agrado, que V. Ex^a e outros companheiros desta CPMI já tomaram as providências para que se obtenha, o quanto antes, o compartilhamento dos autos do inquérito da delação premiada. Enquanto esse material não chegar a esta Casa, praticamente, esta CPMI nada vai poder fazer do ponto de vista de resultados práticos. Então, apelo, mais uma vez – e sei que V. Ex^a tem reiterado as suas providências; sou testemunha, inclusive, do seu empenho, da sua seriedade, da sua competência nessa direção –, para que esses documentos cheguem o quanto antes. Só assim, poderemos avançar e oferecer à sociedade brasileira os esclarecimentos necessários.

Vou contar, como todos nós estamos contando durante todo esse período, com o grande interesse da imprensa brasileira, que está acompanhando esse caso de uma maneira muito detalhada.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – Sr. Presidente, são essas as palavras. Eu quero, mais uma...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Obrigado, Líder.

O SR. ANTONIO IMBASSAHY (PSDB - BA) – ... vez, me reportar e parabenizar a condução dos trabalhos de hoje, embora não tenha havido nenhum resultado de natureza prática. Vamos buscar o compartilhamento dessas informações para que cheguemos, então, às conclusões finais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a, Líder, que tem contribuído sempre com esta Presidência.

Deputado Carlos Sampaio, com a palavra. Cinco minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, primeiro, mais um registro de que não concordo com este formato de como está sendo feito. Eu acho que o papel desta CPMI é buscar efetivamente uma resposta, seja de uma testemunha, seja do réu. Eu acho que o caminho do achincalhe e da humilhação não é o caminho adequado e não nos leva a absolutamente nada. Os réus têm os seus direitos, e não nos cabe aqui sair ofendendo quem quer que seja, achando que, com isso, vai ter uma certa exposição na mídia. Repudio, com veemência, esta postura adotada pela CPMI.

É uma pena que não tenhamos feito uma reunião reservada. O Brasil sabe que, numa reunião reservada, ele poderia ou não falar, mas poderia nos dar os motivos. Nós poderíamos, inclusive, dialogar com a sua advogada para que pudéssemos ter a informação exata sobre o que está acontecendo, inclusive o período da delação premiada, se está ou não por se findar.

Infelizmente, os partidos cujos nomes vazaram – os três grandes partidos cujos nomes vazaram –, coincidentemente, hoje, votaram contra a reunião reservada. Exatamente aqueles que integram o partido cujo vazamento ocorreu! Evidentemente, não é uma decisão tomada com base na coerência lógica, mas, sim, na perspectiva daquilo que lhe convém.

Eu entendo perfeitamente, é uma posição partidária. O que não compreendo – e aqui faço outro registro – é a Presidente Dilma falar à Nação que a prioridade dela é descobrir quem vazou. Sr. Presidente, nós temos, segundo revistas de edição nacional, aproximadamente 49 Deputados e 12 Senadores envolvidos. Se ficar, de fato, comprovado que se envolveram no recebimento de propina, eu retiro o Deputado, retiro o Senador e trato por bandido, marginal de quinta categoria que assaltou a Petrobras. Esses nomes nós temos de saber quem são, não o nome de quem vazou a informação, como pede a Presidente Dilma. Os nomes de quem assaltou a Petrobras! É isso que o Brasil quer fazer. E dar agilidade a essa investigação é atender a um sentimento da Nação. O Brasil tem o direito de saber quem são esses marginais antes das eleições.

Faço um registro a V. Ex^a, o último: na CPI das sanguessugas, na CPI das ambulâncias, que aconteceu no ano de 2006, Sr. Presidente, fui sub-relator. Diziam que não ia acontecer absolutamente nada, por uma razão muito simples, porque era um ano eleitoral.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Ficamos aqui eu, Gabeira, Biscaia e Jungmann, e eu subscrevi o relatório no dia 26 de setembro. No dia 26 de setembro, pedi a cassação de 72 Deputados envolvidos no esquema de corrupção com ambulâncias. A eleição foi no dia 3 de outubro, Sr. Presidente, e 67 não se reelegeram. Talvez, essa tenha sido a maior contribuição que eu tenha dado ao Congresso Nacional e ao País. E eles não se elegeram, porque a população, bem informada, soube distinguir o que é marginal e o que é Parlamentar.

É essa a chance que temos de dar à sociedade brasileira antes dessas eleições, e só há uma alternativa, Sr. Presidente: essa reunião com o Supremo e a vinda da documentação da delação premiada. Mas faço uma súplica a V. Ex^a: não joguemos esta reunião para terça-feira que vem, porque perderemos mais sete dias. Que cada um que está aqui, nesta reunião, perca o seu dia de campanha de hoje e de amanhã, mas que marquemos amanhã a reunião com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Sr. Presidente. Em mais sete dias, temo que não tenhamos condições de mostrar ao Brasil o nome das pessoas envolvidas, de Ministros, de Senadores, de Deputados e de ex-Governador, o nome de todos que estão envolvidos antes das eleições.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Temo porque não é justo fazer isso com a população brasileira. Ela tem o direito de saber em quem está votando. Não é justo mais uma vez ferirmos o sentimento da Nação.

Esta Casa só vai ter valor, Sr. Presidente, quando souber fazer mídia ou divulgação das suas ações, quando tiver postura política. E o que está faltando agora, neste momento, é uma postura política veemente desta Casa. Ou seja, V. Ex^a deve agendar para amanhã essa reunião com o Supremo Tribunal Federal, para que, se Deus quiser, na sexta-feira, já tenhamos acesso à delação premiada e para que, se Deus quiser, consigamos concluir as investigações e mostrar ao Brasil o nome desses todos que assaltaram uma das mais importantes empresas do mundo, que é a Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Deputado Afonso.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, depois, eu...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Depois, há dois líderes.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – ...pedirei a palavra como líder.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Depois, há dois líderes, o Líder Bacci, o Líder Humberto e o Líder Eduardo Cunha.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Obrigado, Presidente.

Quero registrar que nós do Partido dos Trabalhadores e do Governo da Presidenta Dilma e do Presidente Lula temos interesse em que todos os fatos sejam investigados, em que as perguntas sejam feitas, em que os documentos sejam analisados, porque nós não temos dúvida de que o resultado das investigações demonstrará a isenção na condução da Petrobras no período do Governo do Presidente Lula e no período do Governo da Presidenta Dilma, diferentemente do que ocorreu no governo anterior ao do Presidente



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Lula, quando o Procurador-Geral da República ficou notoriamente conhecido como "engavetador geral da República".

Todo mundo assistiu pela TV a gravações em que venda de votos pela aprovação da reeleição do então Presidente da República foi veiculada, e não houve investigação, assim como não houve investigação em relação ao mensalão do PSDB de Minas Gerais; à paralisação das obras do metrô de Salvador por mais de 12 anos, por acusações do Tribunal de Contas e do Ministério Público; às acusações relativas ao cartel do metrô de São Paulo no governo do PSDB.

No governo do PT, as acusações são investigadas, e, por isso, diferentemente da ginástica retórica aqui feita pelos que defenderam a sessão secreta, nós fizemos questão da sessão aberta, porque, se está sendo dito que não haverá resposta nesta reunião, é importante que fique nítida para a opinião pública brasileira a posição de cada partido.

Diferentemente do que tem sido feito aqui, um jogo de espetáculo em que, logo em seguida, após a cobertura da mídia, os Parlamentares se retiram desta Comissão, nós temos perseverado nos esforços conduzidos pelo Presidente. Quero parabenizar o Presidente e o Relator pelo trabalho desenvolvido para que as investigações cheguem a bom termo.

Então, dito isso, quero dizer também que nós avançamos com o pré-sal. A Petrobras é um patrimônio do povo brasileiro. Por isso, a investigação precisa ser levada a cabo, precisa ser concluída, porque nós temos de preservar a Petrobras e o pré-sal.

Com o regime de partilha, 50% do Fundo Social serão destinados para a educação e para a saúde, o que nos permitirá atingir os 10% do PIB para a educação. E nós teremos aproximadamente R\$1,3 trilhão para a saúde e para a educação.

Por isso, eu quero registrar, entre as dezenas de perguntas que tínhamos a fazer, aquela que é a mais importante: Sr. Paulo Roberto, houve convite, houve definição de parâmetros, condicionamento para que o senhor ocupasse a diretoria da Petrobras? A sua trajetória pregressa, inclusive durante o governo do PSDB, anterior ao do Presidente Lula, como ocorreu com outro dirigente, o Cerveró, habilitava o senhor a ocupar uma posição de diretoria? É possível identificar, nesse vazamento, um vazamento seletivo buscando atingir parlamentares? O senhor tem notícia de como se deu esse vazamento?

Nós acreditamos, Sr. Presidente, que essas são as perguntas precípuas.

Há ingerência política na indicação? Há condicionamento para que a ocupação do cargo beneficiasse partidos com arrecadação de campanha?

Nós achamos que, a partir daí, uma dezena de perguntas, algumas delas já apresentadas pelo Relator, Deputado Marco Maia, poderão esclarecer essa investigação.

Há o esforço para que o resultado desta reunião e de outras providências no transcurso do processo eleitoral não possa macular o processo de investigação. Nós temos, da parte do PT, um patrimônio, que é enfrentar as investigações...

(Soa a campanha.)

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – ...mesmo no transcurso de períodos eleitorais. Nós não temos problema com a investigação. Agora, a espetacularização da investigação, inclusive requerendo audiência secreta, não tem acordo conosco.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA) – Por isso, Sr. Presidente, quero registrar a posição do PT: investigar, aprofundar a análise da documentação da Lava-Jato e monitorar, com audiência lá no Supremo, a simultaneidade da investigação, com o Ministério Público, com a Polícia Federal e com esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Como Líder, Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Sr. Presidente, eu sou um adepto de que nós temos que adotar a política da tolerância zero e ouço aqui acusações do PT contra o PSDB e o oposto também, do PSDB contra o PT. Eu acho que não se trata de uma questão partidária nem de governo nem de oposição. Nós temos que atuar com a consciência de que estamos aqui em nome da Nação brasileira, procurando, doa a quem doer, identificar os culpados. E aí pode ser do meu Partido, pode ser de um partido da oposição ou da situação. Isso não vem ao caso.

Eu quero e gostaria muito de poder questionar o Sr. Paulo Roberto... Por exemplo, faria um questionamento que fiz ao Cerveró na semana passada e percebi no Cerveró que ele joga a responsabilidade praticamente sobre o senhor. Ele diz que não sabe de nada, que o senhor disse e o senhor que assuma a responsabilidade ou coisa parecida.

Eu, inclusive, encaminhei um pedido de acareação, mas estou percebendo aqui como a acareação talvez também fosse pouco produtiva. Mas mantenho esse requerimento, que já está protocolado, para que nós possamos colocar frente a frente o Sr. Paulo Roberto e o Cerveró. Afinal, trabalhavam juntos. Há distorções grandes, não só na questão criminal.

O Sr. Cerveró disse que todos os negócios que ele fez ou orientou ou autorizou serem feitos pela Petrobras deram lucro, que ele jamais deu prejuízo para a Petrobras. E aí Pasadena deu lucro; a refinaria do Japão, a Okinawa, também teria dado lucro e tudo mais.

Então, eu percebo aqui, Sr. Presidente, colegas Deputados, que o Sr. Paulo Roberto, ao fazer essa delação, talvez não estivesse preocupado em fazer um serviço para o Brasil, como foi citado aqui. Ele está exclusivamente preocupado em reduzir a sua pena, de preferência ser solto. E não o preocupa a questão de como fica a Nação. Porque, afinal de contas, nós temos uma eleição que se aproxima e, com a citação de um possível envolvimento do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado, aí, eu até diria que o Poder Legislativo fica quase sob suspeição se essas afirmações são verdadeiras, verdadeiras. Eu não estou aqui dizendo que o Presidente Renan ou o Presidente Henrique Eduardo Alves estejam envolvidos, mas isso veio à tona. Se eventualmente estiverem, eu também tenho convicção de que ele tem grandes amigos nesta Casa, inclusive nesta Comissão. E aí certamente a própria Comissão ou alguns membros também estariam sob suspeição.

Então, veja como a situação é delicada. O Poder Legislativo, num momento como este, precisa tirar de suas costas uma responsabilidade gravíssima, e aí essa ida ao



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Presidente do STF pode nos ajudar. Mas eu também me nego a acreditar que o Judiciário compactue com a hipótese de não nos fornecer cópia de tudo o que foi dito pelo Sr. Paulo Roberto na delação premiada. Eu me nego a acreditar que o Judiciário diga que pretende juridicamente chegar a um resultado, como foi o mensalão, daqui a cinco, seis, sete anos, quando nós sabemos que o eleitor tem o direito... Não adianta fazer campanha na mídia pelo TSE para que o eleitor escolha bem, vote bem – "eleitor, sabe em quem você está votando?" – se o Poder Judiciário e o Legislativo não dão oportunidade ao eleitor de analisar denúncias gravíssimas como essa. Poder-se-ia dizer que fulano e sicrano apenas tiveram o nome citado; beltrano, além do nome citado, tem amparo em tais e tais provas. Então, o eleitor teria a possibilidade de avaliar o que é verídico ou não.

Gostaria de perguntar ao Sr. Paulo Roberto sobre o meu Estado, o Rio Grande do Sul. Eu acho uma contradição: enquanto a Petrobras comprava refinarias no exterior, vendeu a refinaria gaúcha, a Petróleo Ipiranga. Tínhamos duas refinarias lá. Hoje só temos a Alberto Pasqualini.

(Soa a campanha.)

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Vendeu a Petróleo Ipiranga e fatiou essa refinaria. Vendeu a Copesul, hoje sob o comando da Ultra, Braskem, Odebrecht. Enfim, gostaria de saber dados técnicos, e aqui não é questão criminal, mas saber se isso foi um bom negócio. Como é que foi feito esse negócio, para saber por que não seria uma contradição vender uma refinaria no Brasil, lá no meu solo gaúcho, no Rio Grande, e comprar várias no exterior. Algumas deram prejuízo, como Pasadena e como a refinaria do Japão.

Então, apelo à consciência do senhor. Não para hoje, mas a sua advogada está aqui, orientando-o de forma brilhante. Pensem no que pode ser feito a favor da Nação brasileira, dando ao eleitor a oportunidade de votar, em 5 de outubro, sabendo e podendo avaliar o que é verdade e o que não é, mas sabendo os nomes que estão envolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k..

O senhor fez alguma pergunta, Sr. Deputado? *(Pausa.)*

Não.

Agora, o Senador Humberto Costa, como Líder, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, antes de mais nada, falando aqui em nome do PT, quero dizer que temos o total interesse em que possamos avançar nesse processo de investigação, inclusive demos demonstrações cabais em relação a isso. Primeiro porque a data desta reunião e a convocação do depoente aconteceram por absoluto consenso entre todos os Líderes que se reuniram na semana passada, no gabinete de V. Ex^a. Segundo porque defendemos aqui a ideia de que a reunião pudesse ser aberta.

Considero a posição de V. Ex^a absolutamente correta. Caberia única e exclusivamente ao depoente sua defesa requerer ou não a efetividade de uma reunião secreta ou pelo menos a opção de falar ou não numa reunião aberta, ou numa reunião secreta, e ainda que não houvesse o depoimento propriamente dito numa reunião secreta, estariam aí



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

afora várias versões que poderiam ser utilizadas de forma política, como vêm sendo utilizadas até agora.

O fato de nós, hoje, não termos a possibilidade de ouvir o depoimento, as respostas do Dr. Paulo Roberto não significa que haja prejuízo para o processo de investigação. Aliás, a Polícia Federal, o Ministério Público têm se colocado de forma não somente responsável, mas eficaz, no sentido de que tudo que eventualmente possa ser revelado por quem quer que seja seja devidamente apurado e que esteja baseado em provas cabais, exatamente para que se possa fazer justiça.

Infelizmente, o jogo que aqui se faz é o jogo da disputa política. O Deputado Afonso já disse aqui, as imagens da TV Senado estão sendo utilizadas nos programas eleitorais. Então, o discurso radical que muitas vezes é feito aqui tem muito mais um objetivo político. É justo, é lícito, enfim, porém, não vamos aqui dizer que há um *animus* investigatório da parte de todos que aqui estão. Todos nós gostaríamos de saber de uma série de coisas, dentre elas episódios nebulosos que circulam nas discussões aqui em relação a outras CPIs, enfim, mas isto ficará para outra oportunidade, até pelo seguinte... Desculpem-me aqui a ignorância, se eu estiver errado. Eu entendo que a nossa ida ao STF agora pode ser inócua, porque, se há, de fato, um processo de delação premiada, este é um acordo que é feito entre o Ministério Público e o depoente ou entre a Polícia Federal e o depoente. Portanto, só deverá chegar ao Supremo no momento em que ele estiver devidamente concluído. Este é o entendimento. Até para que não possamos ficar juntando frustrações.

Então, seria importante termos, efetivamente, esse esclarecimento, porque é possível que o Presidente do Supremo diga que ainda não está de posse desse processo, se, efetivamente, ele aconteceu ou vai acontecer. E a partir daquele momento, certamente, isso será algo absolutamente público. E aí nós poderemos fazer as investigações que, principalmente, dizem respeito, que têm relação com o Congresso Nacional.

Portanto, estamos absolutamente tranquilos de que a condução está sendo feita de forma correta e que o País terá, no momento adequado, todas as informações que digam respeito às denúncias que foram formuladas. O Governo tem se posicionado dessa maneira, sem qualquer tipo de interferência no trabalho da Polícia Federal ou do Ministério Público, porque o objetivo é que possamos chegar à verdade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a e comunico à Comissão que acabei de ter um contato telefônico com S. Ex^a o Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, por quem temos um apreço muito grande e um respeito por aquele cidadão que hoje preside o Supremo Tribunal Federal. O Ministro Ricardo Lewandowski acabou, também, de conversar com o Ministro Teori e abriu sua agenda para receber a Comissão amanhã, às 18 horas, depois da sessão. Esta foi uma deferência que ele fez à Comissão e que estou comunicando ao Relator e ao Vice-Presidente.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, eu vou abrir mão da palavra como Líder, mas gostaria só de fazer uma pergunta a V. Ex^a, se me permite.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pois não.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Até para ganhar tempo.

Eu fiz um pedido, na penúltima e na última reuniões, sobre a Sr^a Meire Poza. Ela esteve no Conselho de Ética da Câmara e se dispôs a vir aqui, de bom grado, para ajudar. Então, eu queria pedir a V. Ex^a que agendasse, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos fazer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Está bem? Faça-me este favor.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Líder Eduardo Cunha.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Sr. Presidente, só uma questão também relativa a isso. Por que, até o presente momento, nós não marcamos a vinda do doleiro Youssef, talvez mais importante até, num primeiro momento, que a sua contadora?

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Também. Os dois.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Nós não temos o requerimento da Dr^a Meire. O senhor providencie imediatamente o requerimento para, na próxima reunião, a gente...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Sr. Presidente, tem requerimento, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Tem? Tem requerimento?

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Tem requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Então, tendo requerimento, e está aprovado ainda...

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) – Não, não está aprovado ainda. Precisa aprovar primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Claro. Líder Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, em primeiro lugar, lamento que o Deputado Carlos Sampaio já tenha saído, porque eu gostaria de contestá-lo na sua presença, não na sua ausência.

Em primeiro lugar, quero deixar bem claro que o PMDB é o responsável direto pela existência desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Se o PMDB não tivesse subscrito, não se teria obtido número para instalação desta CPI, e a Bancada do PMDB na Câmara assinou na sua quase totalidade, por orientação de Líder de Bancada.

Quero deixar isto bem claro: se nós estamos aqui com esta CPI instalada, agradeça à participação, ao apoio que o PMDB deu para a sua instalação, porque o PMDB não teme absolutamente nada.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Na semana passada, V. Ex^a promoveu uma reunião com os representantes partidários, em seu gabinete, e, nessa reunião, coube ao PMDB a sugestão de que V. Ex^a não oficiasse, peticionasse, no processo, para que pudéssemos ter acesso por petição, e inclusive agravasse ao Pleno do Supremo, caso o Ministro Relator não concedesse. Também coube ao PMDB a sugestão para que V. Ex^a também peticionasse para que uma comissão de representantes desta Comissão Parlamentar Mista acompanhasse os depoimentos do depoente na tal delação premiada. E quando foi colocado que o depoimento dele poderia ser marcado para hoje, nós, naquele momento, alertamos que era certo que ele não iria nada falar, e que não adiantaria trazê-lo antes de ter o teor completo dos depoimentos. E, no entanto, os Parlamentares que o defenderam, entre eles o nobre Parlamentar, meu amigo Deputado Carlos Sampaio, disse, na sua argumentação, que o Parlamento tinha que fazer a sua parte. Se ele aqui viesse e negasse, não importava, mas perante a opinião pública, nós estaríamos dando uma satisfação.

Chegar agora e querer manipular uma informação de que quem é a favor de esta Comissão permanecer aberta porque não quer investigar é manipular o fato. Porque se o depoente disse que em sessão aberta ou fechada ele nada falaria, não vamos transformar palhaçada pública em palhaçada secreta.

Então, nós precisamos aqui respeitar os Parlamentares que querem investigar. E o PMDB não tem nada a esconder. O PMDB gostaria, sim, que o Sr. Paulo Roberto aqui confirmasse ou desmentisse os nomes dos Parlamentares que supostamente foram mencionados como participantes ou não da sua suposta delação.

Era isso o que nós gostaríamos que ficasse claro, porque pior do que deixar em aberto nomes de Parlamentares que não foram citados é citar, divulgar ou vaziar nomes de Parlamentares que não têm sequer o direito de defesa porque não sabem sequer daquilo de que estão sendo acusados às vésperas de um processo eleitoral.

Então, nós repudiamos a posição declarada pelo Deputado Carlos Sampaio, por quem eu tenho o maior apreço, que cometeu uma infelicidade ao querer misturar o PMDB em situação de qualquer tipo que não seja a de investigar, porque, volto a dizer, sem o PMDB, esta Comissão não existiria.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Um minuto, uma questão de ordem tem prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A prioridade aqui é minha na organização dos trabalhos.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sr. Presidente, eu quero só, primeiro, alertá-lo e, já de imediato, pedir desculpas. Amanhã, por compromissos inadiáveis, é quase impossível que eu esteja nessa reunião com o Presidente do STF, Ministro Ricardo Lewandowski.

Por outro lado, eu também acho desnecessário um açodamento tão grande para se encontrar com o Ministro Lewandowski, porque todas as informações que nós temos até o momento são de que as informações da delação premiada do Sr. Paulo Roberto Costa ainda não chegaram ao Supremo Tribunal Federal. Essa informação é a informação inclusive



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

passada pelo nobre Ministro Teori Zavascki, que, quando despachou, na sexta-feira passada, dando autorização ou dizendo, afirmando que o Sr. Paulo Roberto Costa poderia vir até esta CPMI, fez questão de dizer que todas as informações que estivessem sob a sua guarda, seriam imediatamente enviadas a esta CPMI. E que ele não tinha, em absoluto, nenhuma informação sobre a existência da delação premiada ora ventilada ou dita pelos veículos de comunicação.

Então, eu acharia que nós poderíamos, de forma muito tranquila, marcar essa reunião com o Ministro Lewandowski, Presidente do STF, para a próxima semana, para que ele pudesse, quem sabe, aí sim, com mais informações, nos informar. Não sendo possível isso, eu só gostaria de informar a V. Ex^a que este Parlamentar, este Deputado e Relator, não poderá acompanhá-lo a essa reunião que porventura possa acontecer no dia de amanhã.

Deputado Marco Maia, sua presença é imprescindível. Eu devo voltar a conversar com o Ministro Lewandowski, com a liberdade e o respeito que ele está dando à Comissão para agendar, proximamente, uma outra data. É fundamental, V. Ex^a é o Relator, e todo o material desta CPMI passa por V. Ex^a.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Se V. Ex^a quiser fazer no domingo...

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, uma ponderação com relação...

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – ... na segunda, na terça, na quarta, na quinta, na sexta. Amanhã...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Essa é uma decisão administrativa da Presidência. Eu não vou discutir, por favor.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra...

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Uma questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Eu gostaria apenas de lembrar que, se ele autorizar a entrega, não precisa entregar amanhã. Mas a questão de ordem é outra.

Eu gostaria de fazer uma questão de ordem a V. Ex^a para que colocasse, pela importância do tema, em votação o requerimento para ouvir a Meire Poza e o Youssef, para que nós possamos, com a maior brevidade, ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vamos concluir esta sessão e, depois, se for necessário, transformá-la numa reunião administrativa, com anuência de V. Ex^a, especificamente.

O SR. ENIO BACCI (PDT - RS) – Eu gostaria que V. Ex^a entendesse que é necessário...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, não é possível...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Não, necessário...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, não é possível marcar audiência com o Procurador? Onde está a delação?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Sandro Mabel. Vamos fazer; administrativamente, nós vamos fazer.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Dr. Paulo Roberto, a pergunta que eu queria fazer para o senhor... O senhor sabe que, à beira de uma eleição... Como o Deputado Carlos disse, no caso dos Sanguessugas, dos 76 que foram falados, 66 não foram reeleitos e, entre este, havia muita gente que não tinha nada a ver com os Sanguessugas. Só que isso foi no dia 26 de setembro, parece-me, e a eleição estava ali na sequência. Foram pessoas que perderam um mandato, porque o nome delas apareceu. No caso do senhor, ninguém sabe se o senhor falou ou não falou o nome dessas pessoas que foram anunciadas, mas tenha a certeza de que ajudaria, como muitos disseram, dizer: "Olha, essas pessoas tiveram um envolvimento como no depoimento ou essas pessoas não tiveram esse envolvimento ou, na delação, não são esses nomes que eu falei". Ou alguma coisa. Por quê? Porque isso daí é a vida da pessoa que está ali, é a vida tanto para que ela possa ser reeleita, como a vida para que ela não possa ser reeleita também.

Então, são dois pontos. Apesar de o senhor não estar respondendo, eu gostaria que, em algum momento, o senhor pudesse responder exatamente se esses nomes que vazaram... Vazar um nome é simples. O senhor sabe que hoje o nome que senhor falar está morto. Morto. Se o senhor falar um nome assim, olhar para aquele caboclo e falar: "Você também".

O que acontece? Nesse ponto, seria importante se se conseguisse uma colocação nesse sentido do senhor, se o senhor pudesse responder, no sentido de que pudesse dizer: "Olha, esses nomes não são nomes que eu..." Pode ser que haja alguns ou não haja e tal. Ou então: "Não, realmente, são todos eles e pronto". E o País vai saber se é ou se não é. Nós gostaríamos de saber se havia a possibilidade de responder nesse sentido essas colocações.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Desculpe, mas reitero a minha posição aqui e me permito ficar calado.

O SR. SANDRO MABEL (PMDB - GO) – O.k..

Sr. Presidente, eu acho que esta situação... Eu acho que é importante, Sr. Presidente, essa ida ao Supremo, o acesso à questão dessa delação premiada, para se poder ter certeza dos nomes e dos fatos que podem acusar essas pessoas, porque, realmente, é uma situação grave para as pessoas que, em algum momento, foram citadas. O Dr. Paulo Roberto está, na colocação dele, no sistema da defesa de não falar nada, mas, hoje, essas pessoas passam momentos difíceis. Logicamente, adversários usam isso daí, todo mundo usa esse ponto. Nós vamos estar matando algumas pessoas que talvez não merecessem morrer e talvez estivéssemos absolvendo algumas que merecessem morrer, porque estão dentro dessa relação.

Sr. Presidente, eu acho que é premente, sim, que se possa ter acesso a essa questão dos nomes dessa delação, para que pudéssemos colocar em investigação os que



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

merecem ser investigados e pudéssemos não colocar aqueles que não merecem ser investigados.

É isso aí, Sr. Presidente.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Como último dos inscritos como oradores, para passarmos à lista dos inscritos, o Deputado Simplício Araújo.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Sr. Presidente, caros colegas Deputados que fazem parte desta sessão, eu queria fazer uma lamentação e uma colocação.

Uma lamentação, Sr. Paulo Roberto, de que o senhor, na condução de uma empresa renomada internacionalmente, hoje colocou essa empresa e vários Congressistas na linha de tiro da imprensa nacional e internacional. E o senhor foi criminoso, criminoso na condução da direção da Petrobras. O senhor ali participou, conforme a imprensa já antecipou através dos documentos que o senhor tem lá, de negócios escusos que mantiveram situações escusas. E, hoje, a sociedade cobra desta Casa e do Governo, do atual Governo. O senhor usou de forma criminosa...

O senhor, por pressão familiar, hoje está aqui, mas eu lamento muito, e o Brasil inteiro lamenta muito, que o senhor não esteja aqui como o Paulinho do Brasil. O senhor ainda está aqui como o Paulinho de fulano, o senhor ainda está aqui não usando um objeto que a lei lhe assegura para permitir que o Brasil passe a limpo o que aconteceu na Petrobras. O senhor está aqui para proteger a sua rabichola. O senhor foi pego com a boca na botija! E o senhor continua protegendo tudo o que aconteceu de errado na Petrobras com esse seu comportamento.

O senhor é uma vergonha para a sua família, o senhor é uma vergonha para a sociedade, para a população brasileira, porque o senhor poderia hoje prestar um grande serviço e, a 20 dias da eleição, ajudar principalmente pessoas que estão usando de terrorismo na campanha política quando passam por cima disso aí se sentindo aliviados. Aqui, nesta sessão, hoje, há muita gente aliviada com o comportamento do Sr. Paulo Roberto.

Um acesso, caro Relator, que a gente pode ter agora, neste momento, e o senhor quer deixar para a semana que vem. Nós precisamos dar uma resposta à sociedade.

A minha posição, a minha colocação é de cunho paroquial, sim. Vou dizer que o senhor, juntamente com todos que estiveram com o senhor no Maranhão, cometeu um grande crime contra um dos Estados mais pobres da Federação, um Estado que é dominado há 40 anos por um ditador que levou para o Maranhão uma obra de refinaria que não saiu do papel, em que se gastaram R\$2 bilhões. E a gente agora já sabe onde é que podem ter parado esses R\$2 bilhões.

O senhor contribuiu para que o Maranhão permanecesse na miséria e na mão de um governo que massacra a nossa população. O Maranhão, em 2010, não queria mais continuar com a D. Roseana. E o senhor foi lá tomar uísque com ela, o senhor foi lá para aparecer nas colunas sociais com ela, o senhor foi lá para aparecer com o grupo Sarney, anunciando 150 mil empregos para o Maranhão.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

(Soa a campanha.)

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Não se pode usar dessa forma o recurso público, para massacrar o público.

Lamento, Sr. Paulo Roberto, que o senhor use a delação como escudo e não para contribuir com o País. O senhor vai entrar para a história, mas não vai entrar para história como um homem que podia ter ajudado o Brasil a ser passado a limpo. O senhor vai entrar para a história como um covarde, que se escondeu atrás da delação premiada.

É lamentável o seu posicionamento aqui! A sociedade brasileira poderia hoje obter respostas. E muita gente aqui vai para a eleição com essas respostas, como acontece com muitas outras coisas neste País, escondidas debaixo do tapete, o que é lamentável.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Sr. Relator está com a palavra.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu queria responder aqui ao nobre colega Deputado Simplício: aqui, de maneira nenhuma, ninguém falou ou tratou de postergar qualquer encaminhamento desta CPMI. Eu apenas informei que, amanhã, eu não estarei aqui.

Apenas informei que amanhã eu não estarei aqui. Agora, V. Ex^a, que, por exemplo, está participando da primeira sessão desta CPMI desde que ela se instalou aqui, poderá estar aqui amanhã ou quando for marcada audiência e participar.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Busque nos Anais e o senhor vai ver que não é a primeira vez que participo.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Mas eu não o tenho visto aqui...

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Eu também não lhe vejo por aqui.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu estou aqui em todas elas, sentadinho aqui, neste mesmo lugar, como Relator desta CPMI.

Então, apenas para seu esclarecimento, porque a intenção deste Relator tem sido, em todos os momentos, investigar à exaustão, fazer todos os questionamentos que têm que ser feitos e produzir um bom relatório que seja capaz de dar as respostas de que a sociedade tanto necessita. E não vir aqui voluntariamente apenas fazer discursos e depois se ausentar, ir embora para a sua cidade, para as suas bases, cuidar da sua campanha eleitoral.

Era isso.

Muito obrigado.

(Soa a campanha.)

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Eu faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Não faça apelo a mim.

(Soa a campanha.)

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Presidente, garanta a minha palavra.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Mas V. Ex^a não está com a palavra.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Eu preciso da palavra. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – V. Ex^a não está com a palavra. V. Ex^a pode pedir para usar da palavra.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Ele me citou. Eu preciso fazer minha colocação.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Eu não o citei.

O SR. SIMPLÍCIO ARAÚJO (SD - MA) – Eu faço um apelo à Mesa: uma vez que esta sessão foi frustrada da forma como foi frustrada... E, realmente, não adianta se for reunião aberta ou fechada... Que a gente vá amanhã até o Supremo atrás das respostas de que o Brasil precisa, e não deixá-las para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Vicentinho com a palavra.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, quero saudar todos os Deputados aqui presentes, os membros que compõem esta CPMI, o querido companheiro que está aqui, o nosso companheiro Afonso Florence, minha companheira Iriny, o nosso companheiro Sibá e o nosso Relator, que tem cumprido com muita lealdade o seu compromisso da verdade. Queria agradecer a vocês por cumprirem com tanta dignidade essa missão, que na condição de Líder da Bancada, eu os indiquei.

Segundo, Sr. Presidente: lamento que o Dr. Paulo não fale. Lamento porque, ao não falar, continua o espetáculo; ao não falar, continua a postura enganadora, mentirosa, as nuvens sobre as dúvidas da sociedade.

Eu venho da campanha agora; estava nos assentamentos, nas periferias, nas fábricas. Ainda bem que a isso aqui o povo não assiste muito. O nosso povo está feliz porque saiu da miséria, mais de 36 milhões de pessoas; jovens pobres, índios, negros, indígenas nas universidades. Jamais entrariam se fosse pela nossa elite, representada aqui por muitos Deputados. A fome desapareceu, graças a Deus. O emprego é pleno. Essas coisas para a sociedade, para o nosso povo é uma expectativa muito grande, é uma festa, é uma alegria.

Mas, como o depoente não falou, vai continuar a terra arrasada. E é claro, terra arrasada com apoio de parte da grande mídia. Essa mesma grande mídia que não fala mais da corrupção do PSDB lá em São Paulo – caso grave, envolvendo três Governadores –; que ficou muito silenciosa com referência à retirada do outro representante do mensalão, chamado mineiro, que saiu do Supremo Tribunal Federal; que não fala mais do avião carregado de drogas e de aeroportos feitos na casa de parentes – falou pouquinho, depois desapareceu –; que não fala mais de outros casos que temos acompanhado.

Então, a oposição tem uma grande aliada, que é mais poderosa do que a própria oposição, que é a grande mídia. Nós queremos a verdade em todas as circunstâncias. Isso que é importante.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Conversando com o nosso povo, na comunidade, o que é que nós sentimos? Boa pergunta: por que é que uma revista solta uma bomba tão grande, e as grandes mídias, os Deputados fazem dessa bomba uma bomba nuclear? Na semana seguinte é um traque. Por que isso? Num ano eleitoral! Espero que o nosso telespectador responda sobre isso.

Estou desconfiado e acho que esses casos, em que querem que venha a verdade, que sejam punidos os culpados... Mas o que está por trás é algo sobre o qual ninguém falado, nem aqui, nem no plenário, nem em lugar nenhum. São os urubus do capitalismo internacional que quiseram no passado privatizar o petróleo, que quiseram privatizar a Petrobras – inclusive no governo do PSDB, até a chamavam de Petrobrax. Não permitiam que nós votássemos a riqueza do pré-sal. Não queriam que o pré-sal tivesse um fundo popular, que não fosse do povo.

Fizeram o salário mínimo pior da história, a US\$70,00, agora está em US\$340,00, Deputado Afonso. Então, o que existe por trás é o interesse de desconstruir uma empresa que queremos tanto bem. E, desconstruindo-a, ela vai para o capital privado.

Eu não acompanhei os anos 40, quando os urubus lá de fora queriam o petróleo, mas acompanhei os *lobbies* na votação do pré-sal aqui no Congresso. Então, é importante que nós reflitamos sobre isso.

Primeiro, a verdade, nós queremos e, por isso, temos de lamentar, Dr. Paulo, por não ter se pronunciado aqui, em qualquer circunstância, doa a quem doer, porque interessa isso a nós. Essa é a posição da minha Bancada, é a posição do meu Partido, é a posição do meu Governo, é a posição do Lula e da Presidenta Dilma.

(Soa a campanha.)

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – Agora, o que está por trás é um jogo muito mais grave, que nós não vamos permitir. Se Deus quiser, a Petrobras continuará a ser uma grande empresa e do povo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Deputado Júlio Delgado, como Líder, e, depois, Senadora Vanessa Grazziotin, como a primeira inscrita.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Primeiro, quero dizer que, depois da fala do Líder Vicentinho, se isso aqui não é palanque eleitoral, eu não sei mais o que é esta CPMI.

A Petrobras valia, no início do Governo Dilma, R\$400 bilhões; hoje vale menos de R\$180, enascada em dívidas, com problemas em todos os lugares. E ele disse que está tudo bem.

A Presidente Dilma ameaçou, na eleição em 2010, que ia cuidar direitinho da Petrobras porque ela ia ser privatizada, ela cuidou tão direitinho da empresa que ela está esse desastre. E o Deputado Vicentinho fala que o palanque eleitoral é usado por outros.

Eu sei que o nobre depoente Paulo Roberto deve estar aqui assistindo a isso e pensando assim: "O que eu estou fazendo aqui, já que eu não vou falar? De vez em quando, eu escuto esses debates acalorados do processo de quem quer discutir o Brasil e seu futuro".



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

E, por último, como disse o meu amigo Sandro Mabel, eu vou tentar, mais uma vez, já que está muito tempo em silêncio e, às vezes, uma vez ou outra, é bom escutar a sua resposta contínua.

O seu depoimento pedindo a delação, solicitando a delação, tem sido em caráter secreto. Correto? Tem acontecido em caráter secreto, e estão lá a Justiça Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público e os seus advogados. Então, quando começam a vazarem algumas coisas da sua delação em alguns órgãos da imprensa, eu lhe pergunto novamente: de repercussões disso que o Sandro lhe disse, o senhor confirma esses nomes, todos os que já foram citados nesses órgãos, ou alguns desses nomes que estão sendo citados, que vazaram desse depoimento que era secreto, são em parte verdadeiros ou não? Desses nomes que vieram à tona até agora, o senhor confirma a participação deles em algum esquema da Petrobras?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Desculpe-me, mas nada a declarar.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Eu sabia que V. S^a ia dizer isso. Independente disso... O Sandro Mabel disse o seguinte: "Se o senhor falar o nome de alguém, esse alguém está morto". Surgiu o nome de alguém que já morreu, que nem o direito de se defender tem. E mais do que isso, não disputa mais eleições, não disputará essas eleições. E, além dessa pessoa ou do processo político, há a sua família, seus filhos, sua mãe. V. S^a está fazendo isso, e eu tenho certeza de que está, para defender a sua família. Disse isso aqui anteriormente. Sei o que deve passar e o sofrimento por que passou no período para poder defender a honra de sua família, para poder diminuir um pouco isso. E algumas ilações são feitas aqui de quem nem mais pode se defender, de quem não tem como nem participa de processo eleitoral.

Dr. Paulo Roberto, nós temos...

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – ...pessoas aqui que estão disputando eleições de Deputados, nessa lista – saiu lista de 25; o outro diz que são 30; senadores; ministro tal e tal; governadores, e sai a lista. E a gente fica... Há disputa de governos envolvendo isso em Estados. Os partidos até já foram citados aqui, que têm envolvimento de um lado e de outro porque o nome foi citado.

Tem reflexo no futuro do Estado, como tem a defesa de companheiros, aqui, do Maranhão. Tem reflexo em futuro de Estados, porque nomes colocados de um lado e de outro têm disputas frontais a serem colocadas que definirão o futuro desse Estado para o povo desse Estado.

O Deputado Vicentinho disse da maravilha que está o Brasil.

Paulo, este final de semana eu visitei uma cidade que se chama Comercinho...

(Soa a campanha.)

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Estou terminando.

Comercinho, no interior de Minas, no meio do Vale do Jequitinhonha. Peguei uma menina de 6 anos de idade que tem síndrome de envelhecimento precoce. Ela tem idade física de 70. Ela vai ao médico de dois em dois anos. Não tem recurso na saúde... Enquanto isto...



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) – O senhor está mentindo! Eu não disse isto!

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) – Não estou falando que... Eu estou falando que isto acontece, que eu vivi.

Enquanto isto, o senhor Youssef forma um laboratório, o Labogen, que, para usar medicamento para saúde, dizer que vai fazer remédio de pressão, que vai fazer remédio para impotência sexual, tira dinheiro do Ministério da Saúde para mandar para o exterior US\$38 milhões. E a menininha lá está precisando, com carência de saúde, de atenção, no interior de Minas Gerais, como acontece no interior de todo o Brasil.

Eu estou dizendo que, em nome dessas pessoas, desse povo brasileiro, a delação pode estar servindo para o senhor – não sei se serve, porque até agora têm que ser comprovados os fatos que contribuem com a Justiça –, mas eu espero que, um dia, antes do tempo e até das eleições, possam servir para o povo brasileiro, para a gente corrigir essas distorções que acontecem no nosso País.

Muito obrigado pela sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, primeiro, eu vou tentar sair deste palanque. Mas eu não posso deixar de iniciar aqui minha rápida intervenção com uma observação: o que este Brasil precisa é de profundas reformas políticas, porque, Sr. Presidente, enquanto um deputado, um vereador, um prefeito, um governador, um presidente ou um senador precisar de dinheiro de empresário para fazer sua campanha, essas coisas se sucederão e se repetirão. Acaba a eleição e a gente começa a discutir a reforma política. Por que nós não aprovamos até hoje, como quer a CNBB, como quer a União Nacional dos Estudantes, como querem os movimentos sociais, a proibição do financiamento de campanha por parte de empresas, Sr. Presidente? Eu acho que nós já tivemos uma grande vitória com tudo isto que está acontecendo. Eu não tenho dúvida nenhuma: no ano que vem nós vamos enfrentar isso, vamos enfrentar essa questão.

Eu não sou adepta... Aliás, concordo com um Deputado que falou anteriormente, não sei exatamente quem... Está aqui o depoente, que foi convocado, não foi convidado, aqui ele está. Eu não acho que o melhor caminho seja o caminho do constrangimento, o caminho da execução pública, o caminho de impor a humilhação a ele. Não! Mas eu quero dizer, por outro lado, que eu me sinto constrangida e me sinto humilhada.

Como V. Ex^a preside esta CPMI, V. Ex^a preside também a CPI do Senado, e nós ouvimos o Dr. Paulo Roberto. Ouvimos. O Dr. Paulo Roberto faltou com a verdade perante nós todos. Eu perguntei ao Dr. Paulo Roberto, de uma forma muito simples: "A imprensa toda diz que o senhor é um homem-bomba. O senhor é um homem-bomba? O senhor tem a capacidade de estremecer a República?" Aí o senhor discorreu um rosário dizendo "eu não me considero um homem-bomba..." Está aqui o seu depoimento do dia 10



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

de junho: "Eu não me considero um homem-bomba. Os contratos de grande valor, como são todos na Petrobras e na Abreu e Lima, não é um diretor que aprova, são os diretores, e passa pela Presidência". O senhor falou da equipe técnica da Petrobras, que eles são, sim, eles são o grande patrimônio da empresa e que eles estão lá a fiscalizar. O senhor falou que é um órgão independente de auditoria interna da Petrobras que fiscaliza absolutamente tudo. Eu gostaria de perguntar muita coisa, mas não vou perguntar porque o senhor vai dizer "desculpe-me, mas não posso responder". Mas eu gostaria de perguntar "a auditoria está envolvida? Quem do corpo técnico está envolvido e, principalmente, que homens e mulheres públicos estão envolvidos nisso?" Porque tudo indica...

Eu não sei, conheço muito pouco, Relator, Deputado Marco Maia, mas tudo indica que o dinheiro saía para a campanha, mas saía também para enricar alguns poucos.

Então, quero dizer que lamento, lamento muito. E eu me senti humilhada, como Senadora, pelo senhor ter vindo aqui. O senhor se emocionou aqui perante nós, mas faltou com a verdade. faltou com a verdade. Por outro lado, o senhor ter aceitado esse acordo é muito importante. A sua família é importante, a minha família é importante, mas tem uma família maior chamada Brasil. E essa família chamada Brasil, o povo brasileiro tem o direito de saber tudo, não só para saber, não só para punir quem errou, mas para não permitir que isso aconteça.

Então, o senhor vá fundo na sua delação. Não seja seletivo, não. Não seja não. Fale tudo o que o senhor sabe. Aponte tudo o que senhor sabe porque o Brasil precisa disso, tanto aquele que está comendo como aquela que não tem medicamento precisa disso.

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB - AM) – Nós precisamos fundar um novo Brasil. E apesar de tudo o que o senhor fez, o senhor pode nos ajudar muito a melhorar o País que nós temos.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, na ordem de inscritos – vou seguir rigidamente a ordem –, o Deputado Mendonça Filho.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Presidente, vou ser bem objetivo, até porque já tive a oportunidade de fazer uma fala política. Eu queria pedir ao depoente, o Sr. Paulo Roberto, indagá-lo se ele permitiria que a sua advogada respondesse a uma indagação que eu faria neste instante.

O Brasil todo acompanha essa delação premiada com muita expectativa. Há quem diga que abalará a República, quando chegar a público o conhecimento do depoimento do Sr. Paulo Roberto, a comprovação de culpa de vários personagens relevantes do País. E a pergunta é muito simples e muito objetiva para a senhora advogada, naturalmente com a permissão do depoente: Em que estágio se encontra a delação premiada a qual o Sr. Paulo Roberto se submeteu junto à Justiça Federal? Em que ponto estamos? Está concluindo? Está em fase de comprovação e averiguação por parte da Polícia Federal e Ministério Público para referendar as informações prestadas? Em que prazo teremos a conclusão, na sua



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

expectativa como advogada, desse processo de delação premiada? Acho que é uma informação importante que o Brasil quer saber.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O Regimento não permite a indagação direta à advogada. O senhor está perguntando...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – Eu estou perguntando ao Sr. Paulo Roberto e pedindo a ele que autorize a sua advogada, e não ele, a responder à indagação que faço neste instante. Se ele permitir, naturalmente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Não, eu acho que não é necessário. E eu também não tenho nada a mais a declarar.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputado Rubens Bueno, o senhor prescindi da inscrição, mas está aqui na ordem de inscrição.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Prescindi da inscrição de Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – De Líder. Então com a palavra V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Como inscrito, vou usar o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Prazer.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Primeiro, reiterar o nosso pedido junto ao Relator e ao Presidente da CPI Mista. O requerimento do Sr. Alberto Youssef, da sua oitiva, já foi aprovado, basta marcar o dia e a hora. E mais uma vez faço o pedido a V. Ex^a.

A outra questão é da Sr^a Meire Poza. Ela se dispôs a vir aqui e falar, responder a todos os questionamentos sem nenhuma dificuldade. Então reitero a V. Ex^a. O requerimento já está aí. Se pudermos votá-lo ainda hoje, faço esse pedido a V. Ex^a.

E também é importante destacar que pelo que estamos ouvindo aqui, parece que nós estamos no paraíso do PT, hein, Mendonça? Parece. Sabe por quê? Porque eu estou vendo aqui que eles querem apurar tudo quando nunca quiseram apurar nada.

Desde 2012 nós estamos tentando investigar os desmandos da Petrobras; desde 2012! E nunca encontramos apoio. Se não fosse a Bancada do PMDB – e eu rendo aqui homenagem ao PMDB – nós não teríamos esta CPMI, teria a CPI chapa branca do Senado, feita pelo Governo, para colocar a sujeira embaixo do tapete, para não chegarmos a lugar nenhum.

Então, nós estamos aqui diante de um grande discurso de alguém que diz que quer chegar e quer apurar, mas não quer coisa nenhuma, porque desde 2012... Este ano nós tivemos que ir ao Supremo Tribunal Federal para conseguir instalar a CPMI, porque todo o aparato de proteção e blindagem foi feito pelo Governo, pelo Governo do PT, pelo Governo



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

da Presidente Dilma, a principal responsável nesses 12 anos pelos desmandos da Petrobras, porque é ela que autorizava, ela é que decidia, seja no Ministério de Minas e Energia, seja no Conselho da Petrobras, seja como Presidente da República. Ela é a grande responsável pelos desmandos da Petrobras. Bilhões e bilhões de reais desviados de uma empresa que é o orgulho do povo brasileiro, dos seus profissionais que estão envergonhados com o que está acontecendo.

Então, Sr. Presidente, este discurso de palanqueiro: não é palanque, não é palanque! Eu prefiro ficar com o discurso da Oposição, de cumprir com o nosso papel de investigar e cobrar, mesmo que o Governo não queira, porque eles estão desde lá atrás... Desde o mensalão nós estamos vendo o que está acontecendo com o País. Do mensalão foi parar na Petrobras. Resultado disso é o que nós agora queremos saber.

Cadê a delação premiada? Cadê os Parlamentares envolvidos? Cadê os Senadores? Cadê os Deputados? Cadê o Ministro, os governadores envolvidos? Isso é muito importante para o País, antes das eleições. Depois das eleições, o povo, sem informação, poderá ser levado de boa fé a votar em membros dessa quadrilha que assaltou a Petrobras.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – É por isso que nós estamos aqui a cobrar. Esse é o nosso papel, é o papel da Oposição e disso não abrimos mão, no melhor sentido de aqui atender aos interesses maiores do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Domingos Sávio, ausente.

Afonso, ausente.

Imbassahy, ausente.

O próximo da lista é Izalci, com a palavra.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, ontem, o ex-Presidente Lula pediu cadeia para aqueles que sangraram a maior estatal brasileira. O Presidente Lula, da mesma forma que fez com o mensalão, também não viu nada, não sabia de nada. Só que Marcos Valério se arrependeu. Em 2012, Marcos Valério disse que o PT usou a Petrobras para levantar R\$6 milhões para pagar um empresário que o ameaçava. Está aqui o contrato nos jornais. O que a gente já sabe é que bilhões e bilhões foram desviados da Petrobras. Nós já sabemos. Estão aqui todas as empresas envolvidas, fantasmas, centenas, dezenas de empresas fantasmas utilizadas por essa quadrilha da Petrobras.

A Presidenta Dilma dizer neste momento que não sabia, que não tinha noção dos desvios da Petrobras, ou é conivente ou é incompetente, porque uma ex-Ministra de Minas e Energia, a Presidente do Conselho de Administração, que é responsável por tudo isso, dizer que não sabia do desvio de bilhões e bilhões, realmente é muita incompetência e conivência.

Agora, o que nós precisamos, Sr. Presidente, é nessa reunião do Supremo Tribunal Federal solicitar a participação do Procurador. Todos nós sabemos que a delação premiada está na Procuradoria. Então, fazer a reunião apenas no Supremo não é suficiente



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

para termos realmente essa delação, para que a população de fato saiba o que está acontecendo na Petrobras.

Mas só para comprovar que essa questão da Petrobras é o mensalão, eu vou dar um exemplo. O Sr. Paulo Roberto Costa contratou a Delta Construções, a empresa Delta. Essa empresa Delta contratou várias empresas fantasmas. Uma delas chama-se Rock Star Marketing Ltda, que era, de acordo com a Receita Federal, uma agência de publicidade da época do mensalão. Essa mesma empresa Rock Star Marketing foi contratada por todas as empreiteiras e, além disso, ela utilizou uma *factoring* chamada Trading Bank, que utilizava também na época do mensalão e hoje continua fazendo as operações da Petrobras. Só que há uma diferença: essa Trading Bank... Um dos principais cotistas dela é exatamente a Petros, que é a pensão dos funcionários da Petrobras.

Então, podem ter certeza – e eu espero que V. S^a contribua – de que mais grave ainda do que a crise da Petrobras nós temos aí. E eu espero que a gente consiga desvendar esse mistério: a questão dos fundos de pensões, que estão todos quebrados, que são fundos de funcionários, de anos e anos de trabalho, e que hoje correm o risco de não ter mais a sua aposentadoria assegurada. Porque também devem ser bilhões e bilhões desviados nos fundos de pensões. Mas eu não vou ficar só nos fundos de pensões, não. Nós vamos também no BNDES, de onde bilhões e bilhões foram desviados.

Eu vou deixar aqui apenas uma pergunta para que o Sr. Paulo Roberto possa nos esclarecer. De acordo com João Augusto Henriques, o contrato firmado entre a Petrobras e a Odebrecht para reforma e reabilitação de refinarias de dez países foi feito mediante um pagamento de U\$ 8 milhões, um caixa dois para a campanha da Presidenta Dilma. Isso em 2010. V. S^a confirma essa informação? Se sim, como o valor foi repassado ao Partido dos Trabalhadores? Porque, na prática, é inadmissível, Sr. Presidente, a Presidenta Dilma dizer neste momento que não sabia, que não participou, e que agora quer apurar os vazamentos que ocorreram com relação à CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O.k.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu gostaria de perguntar a Vossa... Posso concluir, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Pode, sim, com o maior prazer.

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Eu gostaria de perguntar ainda a V.S^a se, quando fez o depoimento na CPI do Senado, Vossa Senhoria participou também daquele treinamento, daquele teatro montado pela CPI chapa branca. O que a gente viu aqui claro –, para compensar o prazo de Vossa Senhoria, Senhor Presidente, que me interrompeu, o que fica muito claro é que o Partido dos Trabalhadores, as lideranças aqui colocadas do PT não querem, sob forma alguma, esclarecer realmente o que está acontecendo na Petrobras.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra a Deputada Iriny Lopes. Depois o Deputado Domingos Dutra e o Senador Gim Argello

A SR^a IRINY LOPES (PT - ES) – Sr. Presidente, Sras. E Srs. Parlamentares, eu quero aqui fazer três observações apenas. É a primeira delas do conhecimento prévio



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

desta CPMI de que o convocado, Sr. Paulo, estava negociando a sua delação premiada, e, portanto, sabíamos de antemão que ele não nos daria nenhuma informação. Até porque, dentro da legislação vigente que institui a delação premiada, ainda não há consenso no Brasil, inclusive. Uma das razões é que as partes podem romper o acordo antes da sua finalização.

Portanto, eu acho que nós temos obrigação de fazer as investigações. Deveríamos dar mais atenção aos documentos e à leitura e ao debate dos documentos disponíveis à CPMI, e não transformar as nossas reuniões nesse teatro que nós estamos vendo aqui, onde cada um pode falar o que quiser, sem ter obrigação de comprovar nada. Então, eu temo que a finalização seja uma pizza, que pode ser muito indigesta ao País. Porque, de novo, volto a dizer, a minha opinião é que nenhuma CPMI realizada em ano eleitoral pode produzir aquilo que o País precisa.

Para fechar, eu gostaria só de pegar aqui alguns dados para aqueles que querem incutir na população brasileira um sentimento de derrota e de baixa autoestima, principalmente com a empresa Petrobras, que é uma empresa extremamente querida do povo brasileiro. Nesses 12 últimos anos, era bom que a gente desse a conhecer os números. Em 2002, os investimentos na Petrobras não chegavam a US\$ 5 bilhões. Hoje, são 45 bilhões.

Já no primeiro ano do Governo do Presidente Lula, o valor dos investimentos dobraram para 10 bilhões. Com o estabelecimento do novo marco regulatório – não sei se foi a Vanessa ou o Afonso que tocou nessa questão –, que é o que de fato está por trás deste debate, porque é de médio prazo, em que o Governo Federal sustentará a política de avanço da educação e da saúde – eu concluo aqui, Sr. Presidente –, o valor da nossa empresa hoje no mercado internacional é de 108,5 bilhões, sete vezes maior do que em 2002, quando era 15,5 bilhões.

Então, acho que faltar com a verdade, fazer terrorismo na cabeça dos brasileiros não é um bom método para a gente preservar o que numa democracia é insubstituível, que é o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a palavra, o Deputado Domingos Dutra.

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, inicialmente quero informar a todos que não sou membro desta Comissão. Lamento profundamente, já estive aqui algumas vezes, mas hoje estou aqui porque interessa ao Brasil, interessa ao Estado do Maranhão. Lamento também que a imprensa tenha tido informações sigilosas de que o Parlamento está privado e sugiro, Sr. Presidente, que se modifique a lei, para que, em casos iguais a este, o delator pode falar em aberto ou secretamente, sem prejuízo do acordo de delação. Acho que isso pode avançar em outros casos.

Eu queria dizer ao Sr. Paulo que sou do Maranhão, o Estado mais pobre do Brasil, e a pobreza do Maranhão se expressa, Sr. Presidente, em roça no toco: 100% dos trabalhadores rurais do Maranhão continuam fazendo roça é com o machado, com o facão, com cavador, com o chacho; tem que brocar, derrubar, cortar, encoivarar, cercar, plantar cova por cova e capinar moita por moita.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

A pobreza do Maranhão, Sr. Paulo, se expressa em pescadores que ainda pescam com jequi e com tarrafa. A pobreza do Maranhão se expressa por ter quebradeiras de coco que vão para o cocal e passam o dia inteiro com o machado e o macete para quebrar dez quilos de coco e trocar por um quilo de carne.

A pobreza do Maranhão, Senador Gim, se expressa por 80% de as cidades do Maranhão não terem água potável; ainda tem gente nas cidades que se banha com cuia! A pobreza se expressa por 90% das cidades do Maranhão não terem esgoto tratado, se expressa por ser o Estado com maior número de famílias morando em casas cobertas de palhas de coco babaçu, onde o leitão entra pela camarinha e sai pela porta da frente.

O Sr. Paulo ajudou uma oligarquia. É a única oligarquia do Brasil, de uma família que apesar de a ditadura militar ter terminado, continua com a ditadura de um Senador do Maranhão com 60 anos de mandato, que só não disputou o cargo de papa porque o Vaticano não é no Brasil. Foi essa família, a família Sarney, que o Sr. Paulo ajudou a manter no poder em 2010, porque anunciaram uma refinaria que estaria inaugurada em 2013, para gerar 150 mil empregos, produzir 300 mil barris. Gastaram R\$2 bilhões! E sabe o que tem lá, Senador Vital? Um buraco, muita tiririca, unha de gato, fedegoso, cobra cascavel. É isso o que tem lá no lugar em que foram gastos R\$2 bilhões!

É revoltante a gente ver este País atolado na corrupção. A corrupção não é algo semântico. É muito bonito para a elite falar na corrupção, ou nós aqui no discurso, mas a corrupção se expressa na pobreza de muitos brasileiros.

E, no Estado do Maranhão, a corrupção se expressa nesses números que eu coloquei aqui, dentro de tantos outros. Nós temos um milhão de maranhenses que saíram do Estado porque não têm emprego, que estão cortando cana em São Paulo, plantando café em Minas Gerais, estão sendo trabalhadores escravos no Norte. Nós, aqui no Congresso, aprovamos a Emenda nº 81, para combater o trabalho escravo, e vemos a lista em que o Maranhão é o Estado que mais exporta mão de obra escrava para outros Estados.

Por isso, eu quero aqui protestar contra o depoente, que faz um acordo...

(Soa a campainha.)

O SR. DOMINGOS DUTRA (SD - MA) – ... ajuda a botar na mídia, mas vem aqui e desprestigia o Parlamento brasileiro.

Eu quero fazer só uma única pergunta, já que, segundo a imprensa, o Sr. Paulo declarou que, do Maranhão, havia alguns políticos que receberam a propina. Eu queria perguntar para ele, o Sr. Paulo: da mufunfa desviada da Petrobras, qual foi o quinhão do Ministro Lobão, qual foi o quinhão da Governadora Roseana e qual foi o quinhão do Senador Edison Lobão Filho? É muito importante, porque são autoridades, que foram citadas não como pessoas físicas, mas foram citadas como autoridades que, no exercício do cargo público, utilizaram essa condição para receber propina.

Queria perguntar ao senhor se o senhor combinou com o Sr. Youssef de ele ir lá para o Maranhão levar uma mala de dinheiro para entregar para a Governadora Roseana, já que o senhor era sócio do Sr. Youssef.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, “com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Deputado João Magalhães. (*Pausa.*)

Deputado Ronaldo Fonseca. (*Pausa.*)

Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente Vital do Rêgo, que tão bem conduz esta sessão; Sr. Relator, Marco Maia, Relator desta CPMI.

Sr. Presidente, eu também, da mesma forma que os demais, me sinto muito desprestigiado. O depoente vem aqui, avisou, com o Brasil todo aguardando, esperando. Fizemos duas propostas. Uma era de uma sessão aberta. Até concordei em fazer uma sessão secreta, para ver se ele falava alguma coisa, porque acho que isso não ajudou absolutamente em nada. Absolutamente em nada. O que surgiu foram mais denúncias aqui, de valores. Quando se fala em Petrobras, só se fala em bilhão, só em gastos de bilhões. Ele deveria... Eu falo isso olhando para ele. Dr. Paulo Roberto, o senhor devia ter aceitado a sessão secreta, e colocado a todos quem participou, quem é quem, porque fica muito, muito complicado.

Pediram para eu fazer uma pergunta aqui. Eu tinha duas para fazer. Uma era sobre a venda da Petrobras África. O valor da venda da Petrobras África parece que foi uma ninharia. O grupo que comprou... Havia ativos lá perto de US\$8 bilhões, onde havia proposta de US\$6 bilhões, e foi vendida por US\$1,5 bilhão apenas. Depois de seis meses, o resultado, que foi dividido para quem comprou, já foi alguma coisa perto de US\$150 milhões. É mais do que o famoso negócio da China. Pode juntar China, Japão – não teve nenhum negócio no mundo que deu um resultado tão grande como esse. Eu tenho todo o interesse. Foi levantada essa questão outro dia. Mandaram os documentos, falando que é um negócio gritante, quem comprou isso, as pessoas que compraram. Falaram o nome de dois ou três grupos que são sócios disso, grupos nacionais, que compraram e, dentro de um ano ou dois anos, já recuperaram; e, como a operação é na África inteira, venderam apenas um país – me falaram – por mais de US\$3 bilhões. Comprou por US\$1,5 bilhão, já teve lucro de US\$150 milhões. Foi o senhor que falou sobre isso, não foi, Deputado Rubens Bueno? Parece que um dos países, ou um poço que foi vendido, uma coisa assim, foi por duas vezes o valor que eles compraram.

Isso é um absurdo, o que estão fazendo com o nosso País, quando a gente escuta falar de crianças de seis anos no interior de Minas... Aqui em Brasília nós temos quantos? Eu estou circulando no Distrito Federal todo. Nós vemos a dificuldade que é aqui. Quando se fala no interior, então, imagine a dificuldade que nosso País vive ainda. E vemos essas coisas bilionárias acontecendo, e o nosso País só perdendo, só perdendo.

Eu queria que o senhor falasse um pouquinho sobre essa venda da Petrobras África, se o senhor tem conhecimento, se sabe alguma coisa sobre a venda da Petrobras África.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIM (Bloco União e Força/PTB - DF) – E o outro que eu queria perguntar é que colocou-se na mídia também, e eu já li na mídia, que o nome do Presidente



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

da Transpetro, o Sr. Sérgio Machado, teve foi encontrado na sua agenda por quatro vezes em vários assuntos diferentes.

O Sérgio Machado é tio e financiador de um candidato a Senador aqui em Brasília. Também chegou para mim que o senhor participou de uma compra, que o senhor ajudou a comprar uma mansão no Lago Sul para esse determinado candidato por um terço do valor. A escritura estaria em um terço do valor do mercado. O senhor poderia falar um pouco sobre isso?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nobre Senador, desculpe-me, mas não tenho nada a comentar.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Deputado...

O SR. IZALCI (PSDB - DF) – Sr. Presidente, um instante. Não teria como a gente votar, simbolicamente, o requerimento da 684, da Meire? Todos concordaram naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – A transformação da sessão administrativa precisa de quórum qualificado, Sr. Deputado.

Deputado Eduardo Cunha.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, já tive oportunidade de me manifestar como Líder, na minha fala, e fazer as colocações de forma política. A única pergunta que quero deixar registrada é para saber se o depoente confirma a divulgação de nomes que, supostamente, teriam sido citados e, se confirma, qual a condição e qual o fato sobre essa citação.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. EDUARDO CUNHA (PMDB - RJ) – É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Aureliano.

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas. Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que, acima do Governo, está a Nação brasileira. Tenho certeza de que todos estão aqui reunidos com esse mesmo sentimento.

No que se refere ao Sr. Paulo Roberto, evidentemente, ele está num processo de delação premiada, junto com a sua advogada. Naturalmente, sobre a contribuição que ele tem a dar, ele já foi orientado, já estabeleceu critérios para que essa contribuição que ele resolveu dar não só à sua pessoa, à sua família, como ao povo brasileiro também... Porque, na medida em que ele tem absoluta convicção de que não pode ficar sozinho pagando o preço de uma estrutura governamental, num todo, ele sabe muito bem que precisa compartilhar com a Nação brasileira. No momento em que ele se nega a falar, ele já está afirmando o que está fazendo. Por que ele está afirmando? Porque, na delação premiada, os critérios.... Quando começou a delação premiada? Começou na Itália, estabelecendo critérios para acabar com a máfia italiana, diminuir a máfia italiana. A partir daí estabeleceram-se critérios na Justiça e uma relação entre o Judiciário e o Executivo no sentido de viabilizar comprovações para que as pessoas fossem punidas.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O Sr. Paulo Roberto está aqui confirmando que ele está na delação premiada e que não pode falar. Evidentemente que esse é um critério já preestabelecido na delação premiada.

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que V. Ex^a está conduzindo muito bem os trabalhos, e todos que estão aqui presentes estão dando uma demonstração clara de que estão perseguindo um objetivo acima de partidos políticos, pensando na Nação brasileira, antes de mais nada, porque, lamentavelmente, temos um Governo atual e um ex-governo, o ex-Presidente Lula e a atual Presidente Dilma, que se confundem, achando que Nação e Governo são de partidos. Esta ação deve ser repudiada por todos. Fico muito feliz em saber que aqui não se está discutindo base de Governo, situação, quem apoia o Governo e quem não apoia o Governo. Todos aqui, tenho certeza, estão procurando apoiar a Nação brasileira. Quero dizer a todos que é fundamental, para agilizar...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO AURELIANO (Bloco Parlamentar da Minoria/PSDB - MG) – Concluindo, Sr. Presidente. É fundamental que cada passo desta CPI seja o mais urgente, seja rápido, que as coisas aconteçam com rapidez, porque só assim conseguiremos, de forma efetiva, dar a contribuição que todos querem.

O Sr. Paulo Roberto está dando a contribuição dele de forma a se defender e para minimizar a sua pena, mas ele está contribuindo.

No momento em que o senhor resolve delatar, o senhor faz muito bem nisso, porque o senhor não vai ficar num barco onde compactuou com uma série de coisas; tinha muita gente com o senhor, e o senhor não vai ficar sozinho nesse, porque, inclusive isso não é justo com a sua família e com aqueles que têm um relacionamento de respeito com o senhor, independente dos acontecimentos.

Então, quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que vamos continuar com o máximo de rapidez neste processo, no sentido de elucidar a sociedade brasileira no tocante a esse problema dramático, que nunca aconteceu na história da República. Nunca, desde a fundação da Petrobras, em nenhum momento, um presidente, uma ex-presidente da República, um ex-presidente da República, uma presidente da República, em nenhum momento, em nenhum momento tomou-se uma empresa como sendo sua, da forma como está sendo feita agora.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O. K., Senador. Obrigado a V. Ex^a.

Deputado João Carlos Bacelar.

Depois, Senador Fleury.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Senadoras, queria fazer uma pergunta ao Sr. Paulo Roberto Costa: se ele conhece a Sr^a Monique Braga.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – Então, Sr. Presidente, nós vamos aqui convocar a esposa do Sr. Paulo Roberto Costa, junto com a Sr^a Monique Braga, para saber o elo que as duas têm, junto à Petrobras, pergunta 1.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Pergunta 2. Queria fazer uma pergunta ao senhor também: se o senhor, em algum momento, deu uma Ferrari vermelha a um alto dirigente de uma estatal brasileira, que anda pelo Rio de Janeiro, desfilando nos grandes restaurantes, como Gero e outros mais.

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – Sr. Presidente, nós vamos fazer aqui, no momento oportuno, um requerimento e trazer umas fotos dessa Ferrari, que foi presenteada, que foi presenteada pelo Sr. Paulo Roberto, junto a um alto dirigente de uma estatal, que anda desfilando...

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE. *Fora do microfone.*) – Qual o nome dele?

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR (PR - BA) – ...que anda desfilando nas altas noites do Rio de Janeiro.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE. *Fora do microfone.*) – Dê o nome dele?

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Bom, concedo a palavra ao Senador Fleury.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – Eu acredito que vou fazê-lo falar.

Como disse o Deputado Sandro Mabel, o senhor enterrou muita gente. Eu quero fazer a seguinte pergunta: O senhor tem neto?

O SR. PAULO ROBERTO COSTA – Nada a declarar.

O SR. FLEURY (Bloco Parlamentar da Minoria/DEM - GO) – O homem que às vezes nega o neto, se tiver, não tem dignidade. Esse homem não deveria estar aqui. O mínimo onde ele deveria estar seria na Papuda, porque quem nega a família não merece viver.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Concedo a palavra ao Senador Kaká Andrade.

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, gostaria de dizer que o silêncio do Sr. Paulo Roberto afeta diretamente o povo do meu Estado de Sergipe. Seguramente, hoje à tarde, as televisões, no canal da TV Senado, estavam ligadas, justamente na expectativa de se obter uma resposta às relações entre o Sr. Paulo Roberto e o Governo de Sergipe.

A dúvida é extremamente prejudicial, notadamente porque estamos num momento político. Além de ressaltar mais uma vez aqui – já que tantos ressaltaram – a minha frustração diante desta sessão, dentro dos projetos de refinaria do Sr. Paulo Roberto, a primeira refinaria que seria construída seria a do Estado de Sergipe. Lá, inclusive, informe-se que o terreno já havia sido adquirido.

O Sr. Paulo Roberto foi recebido em Palácio, em solenidade pomposa; inclusive foi, durante um bom tempo, garoto-propaganda do Governo do Estado, onde fazia a divulgação desse empreendimento, que seria a redenção do Estado de Sergipe. Um



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

empreendimento que geraria milhares de empregos, geraria renda para o Estado, além de empreendimentos associados. Durante muito tempo, o Sr. Paulo Roberto foi garoto-propaganda, inclusive com uma propaganda considerada bastante cara.

Em entrevista, ontem, a uma das televisões locais, o Governador do Estado disse que as tratativas para a implantação da refinaria no Estado de Sergipe teriam sido feitas com o Governador Marcelo Déda, falecido recentemente, em dezembro passado, e que o Governo atual apenas tinha assinado um protocolo de intenções. Bom, como o Governador Marcelo Déda não está vivo, a gente não sabe efetivamente se as tratativas foram feitas com o Governador Marcelo Déda ou se com o atual Governador e a que nível essas tratativas chegaram. O Sr. Paulo Roberto, se falasse hoje, poderia esclarecer e, inclusive, fazer justiça, para que não parem dúvidas sobre o Governo atual, se assim o for.

Eu teria perguntas a fazer ao Sr. Paulo Roberto. Esse terreno foi adquirido? Por quem ele foi adquirido?

(Soa a campainha.)

O SR. KAKÁ ANDRADE (Bloco Apoio Governo/PDT - SE) – Esse terreno fez parte do protocolo de intenções que foi celebrado com o Governo do Estado? Essa dúvida, também, vai continuar pairando e é extremamente prejudicial.

Uma outra pergunta que gostaria de fazer é, se esse terreno existe, esse projeto vai continuar? Gostaria de que, pelo menos essas duas perguntas – para o povo sergipano, Sr. Paulo Roberto – o senhor esclarecesse. O projeto vai continuar? O terreno existe? Quem comprou o terreno? Qual o nível de relacionamento? O que diz esse protocolo de intenções entre essa primeira refinaria e o senhor ter sido usado como garoto-propaganda? Uma propaganda muito bonita, que encheu os olhos do povo sergipano, que encheu de expectativas o povo sergipano – já que produzimos petróleo – de que a gente tivesse o nosso petróleo lá refinado. Quer dizer, as premissas para a assinatura do protocolo de informações foram cumpridas?

Então, são muitas as perguntas que ficaram, infelizmente, e que frustram o povo brasileiro e frustram, também, o povo sergipano, que tinha uma grande expectativa de dirimir essas dúvidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Agradeço ao Senador Kaká.

Como último orador, estou me entendendo com os Srs. Parlamentares Líderes para tentarmos aproveitar esta reunião e, consensualmente, votarmos o requerimento de convocação da contadora. Estou chamando os Srs. Líderes para tentar esse processo, até porque, como não há quebra de sigilo, mantereí a minha posição. Tendo quebra de sigilo só voto nominalmente. Como não há quebra de sigilo, poderemos nos entender aqui.

Vou ouvir Sandro Mabel. Cadê Sandro Mabel? Já foi.

Então, passo à votação das atas das 9^a, 10^a e 11^a reuniões, propondo a dispensa da leitura.

Os Parlamentares que as aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, não teria de dispensar o...

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Vou fazê-lo agora.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Tudo bem. No final. Rapidinho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – As atas estão aprovadas.

Tem a palavra o Sr. Relator para esse entendimento consensual com os Srs. Líderes Eduardo Cunha, Izalci, Rubens Bueno – Solidariedade, Democratas e Partido dos Trabalhadores, representado também pelo Relator.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Sr. Presidente, acho que poderíamos aprovar aqui, consensualmente, o requerimento de convocação da Sr. Meire Bonfim da Silva Poza, que é de autoria do Deputado Izalci, do Deputado Rubens Bueno, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Humberto Costa e deste que lhes fala, o Relator, Deputado Marco Maia. Além do Deputado Sandro Mabel.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – E tem um do Democratas também, Relator, o de nº 724. Peça-lhe para inclui-lo no rol de aprovações.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – O que diz o nº 724?

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – É sobre a aprovação da Meire Poza.

O SR. MARCO MAIA (PT - RS) – Da Meira Poza. O. K.

Mas eu proporia, ainda, para acordo, que a gente aprovasse aqui os Requerimentos nºs 695, 699 e 706. Eles requerem à Polícia Federal cópia dos depoimentos da Sr^a Meire Bonfim Poza nos autos do inquérito da Operação Lava Jato.

Requer à Polícia Federal cópia do depoimento prestado pela Sr. Meire Poza, no dia 7 de agosto do corrente ano, em Curitiba – PR.

Requer sejam solicitadas à Polícia Federal cópia das planilhas e demais documentos entregues pela Sr^a Meire Bonfim da Silva Poza.

Então todos aqueles correlatos aos depoimentos dados por ela.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com a anuência e concordância dos Srs. Líderes, passo à votação dos requerimentos supracitados pelo Sr. Relator.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerro...

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Os Deputados também concordam.



Congresso Nacional

“Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2014 - CN, com a finalidade de investigar irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), ao lançamento de plataformas inacabadas, ao pagamento de propina a funcionário da estatal, e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O SR. MENDONÇA FILHO (DEM - PE) – V. Ex^a citou só Senadores. Senadores e Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Deputados.

O SR. RUBENS BUENO (PPS - PR) – Sr. Presidente, apenas para dizer que encaminhei à Mesa o requerimento de interpelação do ex-Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Vital do Rêgo. Bloco Maioria/PMDB - PB) – O;K. Já está.

Nada mais havendo a tratar, tenham todos uma boa-tarde. Fiquem com Deus. Está dispensado o depoente.

(Iniciada às 14 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 40 minutos.)

Senador Vital do Rêgo
Presidente